

João Guilherme Pires José Ferro

**Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte  
Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2015

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados

João Guilherme Pires José Ferro

**Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte  
Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2015

João Guilherme Pires José Ferro

**Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte  
Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados**

---

(João Ferro)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando  
Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia Jurídica, sob  
orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>a</sup> Gloria Jólluskin e  
co-orientação do Prof. Dr. Jorge Cardoso.

Porto, 2015

## Resumo

O presente estudo objetiva analisar quais os comportamentos problemáticos mais frequentes entre jovens institucionalizados e não institucionalizados, bem como os níveis de supervisão parental efetuada e de suporte familiar que ambos auferem. Mais especificamente vai-se investigar a existência de relações entre comportamentos problemáticos, supervisão parental, e suporte familiar, visto estes três fatores representarem as causas mais frequentes para a entrada dos jovens em Centro Educativo.

Os comportamentos problemáticos foram avaliados através do instrumento “*Perception of Problem Behavior*”, de Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber e adaptado à população portuguesa por Vilhena e Cardoso em 2011. Para avaliar a supervisão parental foi utilizado o instrumento “*Parental Supervision*”, de Arthur, Hawkins, Pollard, Catalano e Baglioni em 2002, adaptado à população portuguesa por Vilhena e Cardoso em 2011. Sendo o suporte familiar avaliado pela versão experimental da Escala de Perceção de Suporte da Família (PSS-Fa), de Gouveia, Leal, Cardoso, Sangalhos e Nunes, 2013

A amostra utilizada para este estudo é constituída por 71 jovens de ambos os sexos, dos quais 36 se encontram a cumprir medida tutelar de internamento no Centro Educativo da Bela Vista, em Lisboa, e 35 se encontram a estudar no ensino recorrente, na Escola Emídio Navarro, em Almada. Os jovens que constituem esta amostra são na maioria de nacionalidade portuguesa, e têm idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos de idade, sendo a média de idades de 16 anos.

Os resultados deste estudo apontam a diferenças verificadas entre rapazes e raparigas institucionalizados, sendo as raparigas quem apresenta uma maior tendência a adotar comportamentos problemáticos. Verificou-se também a não existência de diferenças significativas entre jovens institucionalizados e não institucionalizados ao nível de comportamentos problemáticos e de suporte familiar. Através da análise dos resultados observou-se ainda a existência de uma relação negativa entre supervisão parental e comportamentos problemáticos, sendo que quanto menor a supervisão parental, maior a probabilidade de envolvimento em comportamentos problemáticos.

### **Abstract**

This study aims to analyze what the most frequent problems of behavior between institutionalized and non-institutionalized young people, as well as parental supervision levels and the family support that both receive. More specifically going investigate the existence of relations between problem behaviors, parental supervision, and family support , as these three factors represent the most frequent causes for the entry of young people in Educative Center.

The problem behaviors were evaluated through the instrument Perception of Problem Behavior, by Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, and adapted to the portuguese population by Vilhena and Cardoso, in 2011. To assess parental supervision, was used the instrument Parental Supervision, of Arthur, Hawkins Pollard, Catalano and Baglioni, in 2002, adapted to the portuguese population by Vilhena and Cardoso in 2011. And the family support was assessed by experimental version of the Perception of Support Scale-Family (PSS-Fa), by Gouveia, Leal, Cardoso, Sangalhos and Nunes, 2013.

The sample for this study consists of 71 young people of both sexes, of which 36 are institutionalized in Educative Center of Bela Vista, in Lisbon, and 35 are studying in recurrent education, on the School Emidio Navarro, in Almada. Young people who make up this sample are mostly of portuguese nationality, and are between the 14 and 19 years of age, with a mean of age of 16 years.

The results of this study point to differences found between boys and girls institutionalized, and are the girls what have a greater tendency to adopt problematic

behaviors. It was also found that there were no significant differences between young people institutionalized and not institutionalized at the level of problem behaviors and support of family. The results Showed also the existence of a negative relationship between parental supervision and behavioral problems, because the lower the parental supervision, the greater the likelihood of Involvement in problem behaviors.

### **Dedicatória**

Aos meus pais, irmão, tia e avó, que sempre me apoiaram incondicionalmente, sempre tiveram do meu lado nas alturas boas e menos boas para me dar a mão e a motivação necessária para atingir os objetivos propostos, o meu muito obrigado, sem vocês nada disto teria sido possível.

Dedico-vos este trabalho, ele também é vosso.

### **Agradecimentos**

À minha Orientadora, Prof. Doutora Gloria Jóluskin pela disponibilidade, prontidão, supervisão e correções, com vista a uma conclusão bem sucedida desta Dissertação.

Ao meu Co-Orientador, Prof. Doutor Jorge Cardoso, pelos conselhos, disponibilidade, e apoio na prossecução dos meus objetivos, no sentido de levar as coisas a bom porto.

À minha família pelo apoio incondicional, inspiração, e pelo suporte emocional e financeiro que me proporcionaram essencialmente ao longo desta etapa da minha vida, não esquecendo todas as outras.

À minha namorada, por todo o apoio, inspiração, companhia, solidariedade, carinho, e compreensão que me dedicou na prossecução desta meta.

Aos meus amigos, por toda a força e apoio transmitido, através de palavras e atitudes, desculpem não mencionar nomes, mas não é minha intenção esquecer nenhum de vós. Desculpem pelas vezes vos falhei por estar ocupado a trabalhar na minha Dissertação, mas irei compensar-vos.

Ao Sr. Diretor, Sr. Coordenador, Técnicos Superiores, Técnicos Profissionais, e Seguranças do CEBV, por todo o apoio prestado durante esta etapa, e que me possibilitaram a recolha de dados em contexto institucional, fizeram mais uma vez com que me sentisse em casa.

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados

Ao Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, nomeadamente à Professora Ana Pereira, pela sua prontidão e receptividade quanto à aplicação dos questionários em contexto escolar, os meus sinceros agradecimentos.

## Índice

Introdução.....	16
<b>Capítulo I - Problemas Comportamentais na Adolescência.....</b>	<b>19</b>
1.1. Perturbação do Comportamento .....	19
1.2. Modelos de Desenvolvimento de Problemas Comportamentais na Adolescência....	19
1.3. Dinâmicas Desaptativas.....	24
<b>Capítulo II - Supervisão Parental, cuidados parentais, e disfunções familiares .....</b>	<b>29</b>
2.1. Supervisão Parental .....	29
2.2. Cuidados Parentais .....	31
2.3. Disfunções Familiares e Problemas Comportamentais .....	32
<b>Capítulo III - Institucionalização, Avaliação de Risco, Reincidência, e Prevenção de Comportamentos .....</b>	<b>35</b>
3.1. Enquadramento Legal.....	35
3.2. Avaliação de Risco na Justiça Juvenil.....	36
<b>Capítulo IV - Formação Parental e Modelos de Intervenção Familiar .....</b>	<b>42</b>
4.1. Formação Parental .....	42
4.2. Intervenção Familiar.....	43

<b>Capítulo V - Objetivos .....</b>	<b>47</b>
5.1. Objetivos Específicos .....	47
<b>Capítulo VI - Método .....</b>	<b>49</b>
6.1. Desenho do estudo.....	49
6.2. Participantes .....	49
6.3. Instrumentos .....	51
6.4. Procedimento.....	52
<b>Capítulo VII - Resultados .....</b>	<b>55</b>
<b>Capítulo VIII - Discussão dos Resultados .....</b>	<b>65</b>
<b>Capítulo IX - Conclusões, Limitações, e Recomendações Finais .....</b>	<b>74</b>
9.1. Conclusões.....	74
9.2. Limitações .....	76
9.3. Recomendações Finais .....	76
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>77</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>95</b>

## Índice de Tabelas

Quadro 1. Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Percepção de Problemas de Comportamento.....	55
Quadro 2. Estatística descritiva das médias dos itens da Percepções de Comportamentos Problemáticos que apresentam diferenças significativas em função do sexo dos jovens institucionalizados e da análise das diferenças das médias .....	56
Quadro 3. Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Supervisão Parental .....	58
Quadro 4. Estatística descritiva das médias da cotação da Supervisão Parental em função do sexo dos jovens institucionalizados e da análise das diferenças das médias.....	58
Quadro 5. Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Percepção de Suporte Social da Família.....	59
Quadro 6. Estatística descritiva das médias da Percepção de Suporte Social da Família em função do sexo dos jovens institucionalizados e da análise das diferenças das médias .	59
Quadro 7. Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação das Percepções de Comportamentos Problemáticos em função da situação jurídica e valores do teste de t-Student e do p-value da análise das diferenças das médias .....	60
Quadro 8. Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Supervisão Parental em função da situação jurídica e valores do teste de t-Student e do p-value da análise das diferenças das médias .....	61

Quadro 9. Estatística descritiva das médias da cotação da Supervisão Parental em função da situação jurídica e da análise das diferenças das médias..... 62

Quadro 10. Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Percepção de Suporte Social da Família em função da situação jurídica e valores do teste de t-Student e do p-value da análise das diferenças das médias..... 63

## **Introdução**

A delinquência juvenil é um fenómeno cada vez mais presente nas sociedades de hoje em dia (Pechorro et al., 2014), não constituindo a sociedade portuguesa uma exceção. Tornando-se o estudo deste fenómeno uma prioridade, com vista à sua melhor compreensão e elaboração de estratégias que visem a sua prevenção, de forma a reduzir as taxas e os danos entre a população juvenil e população geral.

Tal fenómeno manifesta-se através de problemas comportamentais tidos por jovens, sobretudo externalizados com recurso à agressão física e psicológica, destruição de propriedade, falsificação ou roubo, violação grave de normas, humor zangado/irritável, comportamento conflituoso/desafiante, comportamento vingativo (American Psychiatric Association, 2013), e outros comportamentos auto destrutivos para a saúde física e psicológica dos jovens, como atividade sexual, a negligência do trabalho escolar, o envolvimento com pares desviantes, e o consumo de álcool, tabaco, e drogas (Kaplan, 2010).

Visto este tipo de comportamentos não surgirem de uma forma isolada, importa considerar fatores internos aos jovens, como crenças antissociais, impulsividade, hiperatividade, e procura de prazer imediato, mas também, e essencialmente, fatores externos aos jovens, uma vez que a abordagem desenvolvimentista de problemas de comportamento dos jovens (Grella, Stein, & Greenwell, 2005) sugere a família como um fator de risco. Resultando os problemas familiares em problemas comportamentais, que uma vez estabelecidos, tendem a persistir (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

Dado o impacto que a família assume quanto aos problemas comportamentais dos jovens, importa considerar a supervisão parental efetuada aos jovens, visto que uma boa supervisão constitui um fator de proteção de máxima importância contra o risco psicológico e social que estes enfrentam (Brookmeyer, Henrich, & Schwab-Stone, 2005), mas também o funcionamento familiar, dado que elevados níveis de disfunções familiares podem contribuir para comportamentos e atitudes antissociais (Kaplan, 2010).

Em jovens que lhes foi aplicada medida tutelar de internamento em Centro Educativo, observa-se com frequência a existência de problemas comportamentais, a par de baixos níveis de supervisão e de elevados níveis de disfunções familiares, que representam as principais causas da sua conduta, e conseqüentemente, do seu internamento. Importa referir que adolescentes que ingressam no sistema de justiça juvenil enfrentam um alto nível de risco de reincidência, pois quando voltam ao seu meio de origem mantêm-se grande parte dos fatores internos e externos que influenciaram o seu comportamento desviante (Brown, Killian, & Evans, 2014).

Torna-se assim de extrema importância intervir junto dos jovens e das suas famílias, visto a terapia familiar funcionar como uma terapia que incide sobre toda a família, e que através do treino de habilidades comportamentais que contempla, constitui um meio viável à redução da reincidência entre jovens delinquentes (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

Deste modo, é intuito desta investigação analisar, comparativamente aos jovens a estudar na Escola Emídio Navarro, em Almada, os problemas comportamentais tidos por jovens delinquentes institucionalizados, sob tutela do Ministério da Justiça, nomeadamente no Centro Educativo da Bela Vista, em Lisboa, mas também o grau de

supervisão parental e a sua satisfação familiar, de forma a dar um contributo a esta área de investigação, e poder assim, reduzir as taxas de reincidência desta população através de uma intervenção adequada e proporcional às necessidades apresentadas.

## **Problemas Comportamentais na Adolescência**

### **Perturbação do Comportamento**

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais, 5ª Ed., (American Psychiatric Association, 2013), a Perturbação do Comportamento, reflete-se em padrões comportamentais caracterizados por agressão a pessoas e animais, destruição de propriedade, falsificação ou roubo, e violação grave de normas. Representando a Perturbação Desafiante de Oposição uma forma um pouco mais branda de problemas de comportamento, composta por humor zangado/irritável, comportamento conflituoso/desafiante, e comportamento vingativo.

Frick refere que comportamentos antissociais de jovens estão intrinsecamente relacionados com a incapacidade ou falta de vontade de estar em conformidade com as normas da sociedade, e pela falta de respeito pela autoridade ou direitos dos outros indivíduos (Pechorro, Abrunhosa Gonçalves, Maroco, Gama, Neves, & Nunes, 2014). Tais comportamentos podem assumir uma forma mais leve (e.g., absentismo escolar) ou uma forma mais pesada (e. g., violações, homicídio).

Para Kilpatrick, Ruggiero, Acierno, Saunders, Resnick, e Best (2003), a vitimização e a negligência na infância assumem-se como causas de comportamentos problemáticos.

### **Modelos de Desenvolvimento de Problemas Comportamentais na Adolescência**

Segundo Blos, com a entrada das crianças na adolescência surge a procura de independência e autonomia (Brown, Killian, & Evans, 2014). Autores como Langua e

colegas, Mates e Allison, e Tolson, referem que o mundo de um estudante do ensino médio apresenta várias descobertas, que muitas vezes envolvem a atividade sexual, a negligência do trabalho escolar, envolvimento com gangs, beber, fumar, consumir drogas, e violência, sendo a partir dos 12 e dos 13 que surgem este tipo de comportamentos (Kaplan, 2010).

Vários estudos demonstraram que os jovens envolvidos com o sistema de justiça juvenil são propensos a experimentar uma variedade de problemas inter-relacionados, incluindo atitudes antissociais, relações familiares disfuncionais, relações com colegas problemáticos, perturbações mentais e problemas relacionados com o abuso de substâncias (Jainchill, De Leon, & Yagelka, 1997; Cocozza & Skowyra, 2000; Teplin, Abram, McClelland, Dulan, & Mericle, 2002; Wasserman, McReynolds, Larkin, Fisher, & Santos, 2002; Abram, Teplin, McClelland, & Dulcan 2003; Dembo & Schmeidler, 2003).

Para a prática de atos antissociais, destacam-se os fatores individuais intrínsecos a cada indivíduo, que englobam valores morais, sob a forma de atitudes que favorecem o comportamento antissocial e que estão associadas a um baixo nível de culpa e remorso, fraca empatia, frieza afetiva, egocentrismo, e uma fraca conscienciosidade (Farrington, 1996). A par dos valores morais, acrescem também as dificuldades de autocontrole traduzidas em altos níveis de impulsividade, hiperatividade, e procura de prazer imediato (Farrington, 1996).

Nos últimos anos têm sido desenvolvidas teorias taxonómicas que visam explicar o surgimento do comportamento criminoso e a sua manutenção temporal. Surgem inevitavelmente associados a estas teorias os nomes de autores como Patterson, Reid e Dishion (1992), e o de Moffitt (1993, 2003) que categorizam a população antissocial em

dois grupos, sendo um deles composto por sujeitos que iniciam o seu percurso desviante ainda na sua infância, intensificando esse estilo comportamental quando expostos recorrentemente a vários fatores de risco existentes no meio social onde estão inseridos, surgindo neste caso a institucionalização como prevenção de um percurso de vida desviante. Dado o seu caráter precoce e duradouro, é este grupo que apresenta um maior risco (Le Blanc, 1998), não só em termos de reincidência, mas também para a sociedade em termos de segurança pública, tal como elevados custos económicos ao estado devido às taxas de encarceramentos (Dembo, Turner, & Jainchill, 2007). O outro grupo é formado por sujeitos que iniciam uma trajetória desviante na sua adolescência e que desistem desta no início da sua vida adulta, sendo apenas num reduzido número de casos que tal trajetória assume um caráter persistente (Patterson, Reid, & Dishion, 1992; Moffitt, 1993, 2003).

A delinquência juvenil é um fenómeno cada vez mais presente nas sociedades de hoje em dia, podendo adquirir várias formas e ser entendido de maneiras distintas (Pechorro et al., 2014). Sendo que a abordagem desenvolvimentista de problemas de comportamento dos jovens (Grella, Stein, & Greenwell, 2005) sugere a família como fator de risco, incluindo maus tratos a crianças, e envolvimento dos adultos com a justiça. Os delinquentes juvenis frequentemente crescem em lares onde as doenças mentais, consumo de drogas, envolvimento com a justiça e violência entre os membros da família constituem problemas que podem contribuir para a adoção de comportamento problemáticos por parte dos adolescentes (Robertson & Husain, 2001). Podendo contribuir também para problemas afetos à saúde mental destes (Miller & Barnes, 2013). Assim, problemas familiares como os referidos podem resultar no envolvimento

no consumo de drogas e em outros tipos de comportamentos delinquentes, que uma vez estabelecidos, tendem a persistir (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

Um estudo efetuado com jovens delinquentes do sexo masculino demonstrou que o abuso físico, abuso sexual e doença mental na família, ou dependência de drogas foram associados ao consumo e venda de drogas, e roubos e crimes contra as pessoas por parte dos jovens oriundos dessas famílias (Grella, Stein, & Greenwell, 2005). Patterson e colegas, sugeriram que uma má supervisão parental e interações familiares coercivas durante a infância explicam a associação das crianças com pares desviantes (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008). O ambiente dos jovens também é considerado, como referem Patterson e Yoerger, um fator importante e determinante no desenvolvimento e na manutenção da delinquência (Robertson, Baird-Thomas, e Stein, 2008).

A baixa auto-estima também se associa a comportamentos antissociais (Mason, 2001; Caldwell, Beutler, Ross, & Silver, 2006), podendo levar os jovens a associar-se a outros jovens com comportamentos antissociais. Barnow, Lucht, e Freyberger (2005) mostraram que adolescentes com baixa auto-estima são mais vezes rejeitados pelos seus pares, produzindo essa rejeição um ciclo vicioso que amplifica o comportamento violento. Importa também referir (Baumeister, Smart, & Boden, 1996) que jovens com essa característica tendem a envolver-se em comportamentos antissociais com mais frequência, e que esse tipo de comportamentos leva a um aumento de sua auto estima.

Fatores como o desemprego, doença grave, divórcio e mudança de residência, foram significativamente associados com uma supervisão parental menos eficaz e com o aumento do conflito familiar, que conseqüentemente, contribuíram para um maior envolvimento com pares desviantes (Hoeve et al., 2007; Robertson Baird-Thomas, e Stein, 2008).

Constituindo-se a institucionalização destes jovens como prioritária, dado o seu impacto positivo, que é considerado um agente para a mudança, e que os protege dos vários riscos a que estão expostos, investindo no seu processo de ressocialização e prevenindo a reincidência criminal através de programas baseados na Teoria da Aprendizagem Social (Bandura, 1977), que perspetiva a capacidade do sujeito aprender por via da observação do comportamento dos outros, bem como das suas consequências.

Crianças que apresentam impulsividade, hiperatividade e défice de atenção, bem como perturbações de comportamento, apresentam características que os tornam semelhantes aos psicopatas adultos (Pechorro et al., 2014), até porque literatura relevante na área refere que menores de idade, com perturbações de comportamento e défice de atenção exibem um perfil grave e agressivo do comportamento antissocial (Lynam, 1998; Barry et al., 2000; Leistico, Salekin, DeCoster, & Rogers, 2008).

Jovens com perturbação antissocial da personalidade envolveram-se de forma considerável em mais atividades ilegais, a maioria delas com início precoce, tinham tido mais problemas com a lei, eram mais jovens quando tiveram problemas com a lei, e entraram num Centro Educativo com mais frequência, sendo mais jovens aquando a primeira entrada (Pechorro et al., 2014).

Para Kazdin, a longo prazo, jovens que adotam comportamentos delinquentes são mais propensos a sofrer problemas na vida adulta, tais como o desemprego, alcoolismo e dependência de bem-estar (Brown, Killian, & Evans, 2014).

### **Dinâmicas Desaptativas**

De um ponto de vista ecológico, o comportamento individual manifesta-se a partir das interações dinâmicas sobrepostas por microssistemas, e condicionados por macrossistemas socioculturais mais amplos (Tolan, Gorman-Smith, & Henry, 2003; Lochman, 2004). E visto serem muitas as interações estabelecidas pelos jovens no seu processo de socialização, torna-se necessário considerar a família, o grupo de pares, a escola e a comunidade onde estes estão inseridos (Santos, Gomes, Trincão, Almeida, Duarte, Fernando, Sousa, Silva, Baptista, e Lopes 2004).

No caso das raparigas, a exposição à violência, e ao consumo e abuso de drogas, são ambos considerados fatores de risco (Morash, Stevens, & Yingling, 2014). Segundo Acocha e Dedel, várias raparigas envolvidas com o sistema de justiça juvenil referem ter problemas escolares, namorados com um estilo de vida criminal, e pais com problemas associados ao consumo de drogas (Morash, Stevens, & Yingling, 2014). O mesmo ocorre com os rapazes, que no seio familiar, vivenciam situações de negligência, abuso sexual, e exposição à violência.

Comportamentos antissociais, abuso de substâncias, e atividade criminosa têm sido correlacionados com algumas características de bairros pobres e urbanos, tal como a violência crónica e crimes graves (homicídios/tentativas), envolvimento de gangs, sobrelotação, pobreza (Harper & Robinson, 1999), desemprego, altas taxas de abandono e fracasso escolar, e agregados familiares monoparentais caracterizados por altas taxas de encarceramento que condicionam as experiências de vida de pais e filhos (Sullivan, 1989; Anderson, 2008). Bursik e Grasmick, a par de Shaw e McKay observam uma maior prevalência do crime em comunidades com problemas de desorganização e

desordem social (Lane, 2009). Logo, é de esperar que a maioria dos jovens com problemas de comportamento sejam provenientes das áreas referidas.

Dadas as oportunidades económicas limitadas à disposição dos trabalhadores com baixa qualificação nestes meios, e as dificuldades na obtenção e manutenção de um emprego, o crime surge como uma opção de sustento. O que para Wilkinson, aliado à falta de apego às instituições convencionais, torna difícil qualquer mudança de vida que possa alterar as suas trajetórias (Wilkinson, Magora, Garcia, & Khurana, 2009).

Jovens menores de idade apresentam maior vulnerabilidade ao envolvimento em atividades criminosas dado o seu histórico de exposição precoce à violência e traumas derivados desta (Wilkinson, Magora, Garcia, & Khurana, 2009). Porém, os jovens mais velhos também se encontram expostos aos riscos, uma vez que a maioria dos programas posteriores às atividades letivas são orientados para as necessidades das crianças mais jovens, e poucos programas atendem às necessidades dos jovens com idades superiores a 10 ou 12 anos (Kaplan, 2000), deixando-os deambulando nas suas zonas de residência após o período escolar.

A exposição à violência na comunidade está associada a características observadas na perturbação de personalidade antissocial, sendo elas o início precoce de problemas de comportamento, o comportamento criminoso grave, a impulsividade e a incapacidade de controlo da raiva (Schraft, Kosson, & McBride, 2013), mas também com dificuldades de adaptação e de regulação das emoções, tal como referiam Pynoos, Sorenson, e Steinberg (Schraft, Kosson, & McBride, 2013). Visto a vitimização ser uma ameaça diária e real, é possível que os jovens possam ter aumentado o medo do crime, que May, na obra de Lane (2009), concluiu ter levado a comportamentos

problemáticos, como posse de armas, recurso à violência, e envolvimento em gangs por parte dos jovens.

A supervisão parental interage com a exposição à violência na comunidade e outros fatores que produzem um efeito não linear sobre o comportamento problema (Ceballo, Ramirez, Hearn, & Maltese, 2003; Singer, Flannery, Guo, Miller, & Leibbrandt, 2004; Kliewer, Murrelle, Prom, Ramirez, Obando, Sandi, & del Carmen Karenkeris, 2006). Contudo, alguns investigadores descobriram que a alta exposição à violência anula os efeitos protetores da supervisão parental, não só face ao comportamento antissocial (Miller, Wasserman, Neugebauer, Gorman-Smith, & Kamboukos, 1999), mas também face a sintomas de ansiedade e depressão (Gorman-Smith & Tolan, 1998). Os resultados desses estudos sugerem que isto acontece através de qualquer tipo de contato com a violência, seja na qualidade de vítima, seja na qualidade de testemunha. Sugerindo que a supervisão parental pode desempenhar um papel importante na proteção contra o comportamento antissocial em bairros de classe média (Patterson, Reid, & Dishion, 1992; Bacchini, Miranda, & Affuso, 2011) e perdendo parte de sua eficácia em ambientes sociais mais fragmentados, onde a pressão dos pares é maior sobre os jovens do que a pressão da própria família nuclear (Gonzales, Cauce, Friedman, & Mason, 1996). Conquanto, essa conclusão pode não estar correta, visto que Mazefsky e Farrell (2005), descobriram que a supervisão parental funciona como estabilizadora e protetora contra o comportamento agressivo mesmo em ambientes sociais mais fragmentados, onde a violência é praticada constantemente. À semelhança da supervisão parental, a existência de uma relação amigável entre pais e filhos também pode constituir um fator de proteção face ao comportamento delinvente (Booth, Farrel, & Varano, 2005; Ellis & Das, 2012).

Estes efeitos podem ser mediados pelo sexo, uma vez que alguns estudos revelaram que o acompanhamento dos pais desempenha papéis diferentes consoante os diferentes géneros, sendo o acompanhamento dos pais mais forte nas mulheres do que nos homens, constituindo assim um forte elemento dissuasor do comportamento antissocial a curto e a longo prazo (Borawski, Iervers - Landis, Lovegreen, & Trapal, 2003; Svesson, 2003). Hintikka e colegas, reforçam que o sexo pode também funcionar como uma variável moderadora, pois nos homens as relações familiares de baixa qualidade estão frequentemente associadas a problemas de externalização (abuso de substâncias e comportamentos agressivos), e nas mulheres a problemas de internalização (depressão e pensamentos suicidas). Importa também ter em conta o sexo dos progenitores, dado que progenitores do sexo masculino tendem a adotar mais práticas punitivas com recurso à violência quando comparados com progenitores do sexo feminino, que optam pela adoção de atitudes desculpabilizantes face aos comportamentos dos seus filhos, representando ambos a adoção de práticas parentais desadequadas (Welch, 2011). A pesquisa de Kiriakidis (2006) vai de encontro ao exposto, referindo que a proteção materna pode ser prejudicial para o desenvolvimento do adolescente, podendo fomentar a permanência de comportamentos delinquentes já existentes, visto não existir qualquer tipo de punição.

Para os adolescentes, são os pares do mesmo sexo a sua mais importante fonte de companheirismo e intimidade, seguidos de suas mães, pais, irmãos e outras pessoas significativas (Buhrmester & Furman, 1987; Furman & Buhrmester, 1992). Várias pesquisas (Moffitt, Caspi, Rutter, & Silva, 2001) mostram que pares antissociais aumentam o risco de consumo de substâncias por parte dos jovens e de perturbação de

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados  
personalidade antissocial. Contudo até os pares antissociais podem proteger contra a  
depressão.

No caso das raparigas, tendem a ter menos pares delinquentes (Moffitt, Caspi, Rutter, & Silva, 2001), e são mais independentes destes do que os rapazes (Kerr et al., 2006; Rose, & Rudolph, 2006).

## **Supervisão Parental, cuidados parentais, e disfunções familiares**

### **Supervisão Parental**

A supervisão parental é um dos fatores mais importantes, e que mais protege contra o risco psicológico e social (Brookmeyer , Henrich, & Schwab -Stone, 2005). Este acompanhamento tem sido definido como "*um conjunto de comportamentos parentais que envolvem atenção e acompanhamento do paradeiro da criança, atividades e de adaptação*" (Dishion & McMahon, 1998). Mas é também fortemente associado com o papel dos pais na orientação dos filhos. Sugerindo assim que um acompanhamento eficaz está associado à qualidade da comunicação entre pais e filhos, e envolve muito mais do que o controlo coercivo sobre o comportamento das crianças (Stattin & Kerr, 2000).

A estruturação do ambiente de uma criança e a supervisão das suas atividades por parte dos progenitores ou dos seus responsáveis, saber o seu paradeiro, ou mesmo saber quem são os seus pares, considera-se um meio eficaz de controlar a conduta dos jovens na sua infância (Dishion e McMahon, 1998). Denotando Snyder, por norma, uma relação inversa entre os níveis de supervisão dos pais e os problemas de comportamento (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008). Ou seja, uma fraca supervisão por parte do pais resulta no aumento do risco de comportamentos delinquentes no futuro por parte dos filhos (Hoeve et al., 2007).

Níveis diferenciais de supervisão parental podem refletir-se na disponibilidade de adultos responsáveis, mas também na capacidade de fornecer uma supervisão eficaz. Mudanças na estrutura familiar, pobreza, pressões da vida, depressão materna, e

consumos de álcool e drogas por parte dos familiares mais próximos constituem um entrave a um controlo eficaz (Johnson, Su, Gerstein, Shin, e Hoffman, 1995).

É a supervisão que protege os adolescentes dos problemas de comportamento (Kiriakidis, 2006). Consideram-se habilidades pró ativas a definição de limites, e o ensinar às crianças novas maneiras de se comportar e de responder. Para a definição de paternidade contribuem também as habilidades recetivas, compostas pela escuta, a compreensão, a tolerância, e a aceitação da criança e dos seus comportamentos (Oke, Rostill-Brookes, & Larkin, 2011). Vários estudos têm demonstrado que altos níveis de comunicação entre pais e filhos sobre as atividades que estes desenvolvem no seu quotidiano reduzem a probabilidade de comportamentos antissociais na adolescência (Barnes & Farrell, 1992; Chilcoat & Anthony, 1996). A comunicação protege os jovens de experiências emocionais negativas e fá-los perceberem que há alguém "que se preocupa e cuida deles". Quando há a presença dessas percepções, os jovens tendem a pensar antes de se envolverem em comportamentos indesejáveis (Garbarino, 1999) e passam a sentir um maior nível de satisfação que contribui para a inibição de comportamentos desajustados (MacDonald, Piquero, Valois, & Zullig, 2005).

Quando a supervisão é efetuada pelos pais constitui um fator de proteção no que respeita a comportamentos delinquentes e consumo de drogas (Richards, Miller, O'Donnell, Wasserman, & Colder, 2004). Tende a acontecer o mesmo quanto à premeditação da primeira relação sexual e a um maior evitamento de comportamentos sexuais de risco (Romer, Stanton, Galbraith, Feigelman, Black, & Li, 1999)

Maus tratos por parte dos progenitores e vitimização por parte de outros adultos estão ligados a problemas de comportamento do adolescente. (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

Mesmo entre os jovens com histórico de problemas de comportamento, a supervisão parental pode reduzir a probabilidade de ocorrência dos mesmos no futuro (Robertson, Baird-Thomas & Stein, 2008). Para além de que o apego do jovem para com os seus cuidadores constitui uma parte importante para o sucesso na vida destes (Oke, Rostill-Brookes, & Larkin, 2011).

São as raparigas quem refere níveis mais baixos de apoio familiar (Buhrmester & Furman, 1987), e que por si só constitui um forte preditor de problemas de comportamento (Broidy, 1995).

### **Cuidados Parentais**

Segundo Ruddick, cuidar pressupõe aspetos físicos, emocionais, mentais e uma boa capacidade de relacionamento. É a partir da adolescência que os pais tendem a investir mais no relacionamento que mantêm com os seus filhos (Kaplan, 2010). Apesar do seu crescimento físico, da sua maior autonomia, e de uma maior capacidade de pensamento abstrato, os adolescentes continuam a necessitar de amor e supervisão parental (Kaplan, 2010).

Com a chegada dos seus filhos à adolescência, os pais interiorizam que têm menos responsabilidades parentais e mais tempo para outras atividades que não praticavam antes (Kaplan, 2010). No entanto, Tarlow, sublinha o fato de que os pais devem assumir a responsabilidade pelo bem estar dos filhos (Kaplan, 2010), estar conscientes dos problemas destes, e planear constantemente as tarefas a desempenhar junto destes e da família de forma a manter o equilíbrio entre as funções profissionais e familiares, sobretudo neste estágio das suas vidas (Devault, 1999; Garey, 1999). A tarefa de cuidar

envolve também a gestão de emoções (Hochschild, 2003, 2012), o cultivo da compaixão e do perdão, e a supressão de sentimentos desagradáveis, muitas vezes presentes nos relacionamentos íntimos.

Ruddick enfatiza que os esforços dos pais para aconselhar os seus filhos adolescentes ocorre dentro do contexto histórico e emocional de um relacionamento baseado na percepção das necessidades que estes têm (Kaplan, 2010). Pelo que os pais continuam a cuidar dos seus filhos mesmo depois destes se tornarem adolescentes, pese embora modifiquem o tipo de esforços fornecido com base nas mudanças da criança.

Denota-se que o local de trabalho continua a obrigar os pais a deixar as suas famílias para segundo plano (Kaplan, 2010). Dado o meio escolar não dispor de soluções adequadas para os seus filhos na ocupação de tempos livres, as famílias têm preocupações diferentes para com os adolescentes e para com crianças mais novas (Kaplan, 2010). Surgindo os programas de ocupação de tempos livres após o período escolar voltados especificamente para os interesses dos adolescentes na primeira linha de suporte aos jovens desta faixa etária, atendendo às necessidades do trabalho e família, com vista a proporcionar-lhe alívio emocional e a gerar o envolvimento da comunidade (Kaplan, 2010).

### **Disfunções Familiares e Problemas Comportamentais**

Waldron e colegas, descobriram que elevados níveis de disfunções familiares podem contribuir para comportamentos e atitudes antissociais. Pese embora, se as atitudes antissociais forem detetáveis durante a adolescência podem ajudar a prever quais os adolescentes mais propensos a persistir em carreiras criminais (Kaplan, 2010).

Shoham e colegas, explicam que o comportamento delinvente de um adolescente, resulta essencialmente, de uma família disfuncional para incutir na criança a aceitação de normas e valores da sociedade, contribuindo assim para a socialização da criança em normas alternativas e desviantes (Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010). Durante a adolescência são os pais quem continua a ser os agentes socializadores mais importantes, cujas atitudes e crenças negativas tendem a ser reproduzidas pelo adolescente (Catalano & Hawkins, 1996; Ardel & Day, 2002). Segundo Brewer e colegas, a exposição a normas e valores sociais negativos possuídos por parte dos pais podem ter um efeito significativo sobre o comportamento dos adolescentes, transformando o desvio em algo normal e aceitável (Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010).

Um ambiente familiar disfuncional pode ser representado por pais críticos, que ameaçam punir sem o fazer, e que alternam entre o recurso à agressão e a cedência a birras. A existência de um mau funcionamento familiar parece estar também relacionado com a associação a pares desviantes (Brown, Mounts, Lamborn, & Steinberg, 1993).

As famílias disfuncionais apresentam maior desconforto psicológico e um funcionamento mais pobre do que as outras famílias, pois os seus membros adultos ocupam vários papéis familiares, de forma sequencial e simultânea, o que pode também criar oportunidades para conflitos de identidade (Berger & Bzostek, 2014). E quando ocorre um conflito de identidade, os indivíduos tendem a sentir que não têm controlo sobre as situações sociais, apresentando baixos níveis de auto estima e de auto eficácia. Tal desconforto psicológico pode dar lugar a respostas emocionais negativas, incluindo a falta de empatia, aumento da agressividade e comportamentos de controlo (Stets & Burke 2005).

Verifica-se também uma maior associação entre jovens envolvidos com o sistema de justiça a famílias disfuncionais, tal como a pertença a bairros desfavorecidos socialmente (Pirog-Good, 1995).

## **Institucionalização, Avaliação de Risco, Reincidência, e Prevenção de Comportamentos**

### **Enquadramento Legal**

As respostas judiciais têm uma importante influência sobre a vida dos jovens (Bernburg & Krohn, 2003; Lanctot, Cernkovich, & Giordano, 2007), e podem ser tomadas sob várias formas, mas sempre através do pressuposto da reabilitação, estando os Tribunais de menores habilitados a fazê-lo.

No contexto português, no qual vigora a Lei Tutelar Educativa (Lei 166/99), qualquer menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos de idade que pratique fato qualificado pela lei como crime, dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa. Estas medidas visam a educação do menor para o direito, bem como a sua inserção, de forma digna e responsável na sociedade (Lei 166/99). Sendo os centros educativos as entidades responsáveis pela implementação destas medidas, a responsabilização dos jovens face ao cometimento de um fato qualificado como crime, a sua proteção social e a sua posterior reinserção na sociedade.

As medidas tutelares podem prolongar-se até o jovem completar 21 anos de idade (Lei 166/99), daí os centros educativos serem compostos na sua maioria por jovens com idades compreendidas entre os 12 e 21 anos de idade. Este estágio das suas vidas, adolescência, consiste numa fase muito importante e difícil, uma vez que representa a transição entre a infância e a idade adulta, podendo assim originar enormes mudanças e transformações ao nível emocional, intelectual, psicológico e social do indivíduo (Andrews & Bonta, 2006).

Os tribunais de menores agem diretamente sobre as relações dos jovens com os seus cuidadores através de discussões judiciais e de reinserção social, diretrizes, requisitos e referências (Morash, Stevens, & Yingling, 2014). Devendo-se sobretudo a causa do internamento em centro educativo à adoção de comportamentos desviantes e de natureza criminal, que Andrews e Bonta (2006) descrevem com base na sua dimensão legal, prevendo que a prática deste tipo de comportamentos seja punida por Lei (Lei Tutelar Educativa no contexto português) e proibida pelo Estado. A dimensão social é também abordada, uma vez que contempla a violação de normas culturais e costumes específicos de uma comunidade. A definição deste tipo de comportamento contém ainda uma dimensão moral, relacionada com a violação de normas religiosas e valores morais de uma sociedade. E em último lugar abordam a dimensão psicológica do comportamento criminal, caracterizando-o como um conjunto de atos que podem acarretar o ganho de mais valias a quem os exerce, independentemente da dor ou prejuízo que causem nos outros, ou mesmo à sociedade. Quando se verifica tal padrão comportamental em jovens, Andrews e Bonta (2006) classificam-nos como jovens com comportamentos antissociais, sendo estes a população alvo dos centros educativos em Portugal. Ao entrarem nestes são acompanhados por um técnico tutor, que se revela uma peça chave na sua reabilitação (Dougherty & Horne, 1977).

### **Avaliação de Risco na Justiça Juvenil**

O propósito da avaliação de risco na justiça juvenil assenta na prevenção da probabilidade de reincidência, sobretudo através da medição de diversos fatores de risco. Na maioria dos instrumentos de avaliação de risco, os scores são somados para

obter uma pontuação de risco cumulativo, que é classificado em três ou mais classes de risco (e.g. baixo, médio, e alto risco) (Schwalbe, Fraser, Day, & Cooley, 2006).

Através da pesquisa efetuada por Schwalbe, Fraser, Day, e Cooley (2006), denota-se que maior parte dos fatores de risco preditores da reincidência nos homens também serve para prevenir a reincidência nas mulheres (Schwalbe, Fraser, Day, & Cooley, 2006).

Contudo é importante, segundo Von Eye, que os instrumentos possuam identidade dimensional, conceito desenvolvido no paradigma de investigação centrada na pessoa em psicologia do desenvolvimento, e que pode ser útil para a compreensão da avaliação de risco com jovens delinquentes (Schwalbe, Fraser, Day, & Cooley, 2006), uma vez que se um instrumento de avaliação de risco não a possuir, a validade preditiva da avaliação efetuada será maior para alguns fatores do que para outros.

Altas pontuações em abuso de substâncias, a par de uma maior quantidade de crimes praticados anteriormente, e exposição a situações traumáticas podem criar um conjunto de situações de alerta que podem ser utilizadas na prevenção de possíveis comportamentos por parte destes adolescentes, e conseqüentemente, numa intervenção adequada às necessidades dos mesmos. (Khurana & Gavazzi, 2010).

Importa ainda avaliar o pensamento criminoso do adolescente, de forma a proporcionar uma intervenção adequada junto dos mesmos (Dembo, Turner, & Jainchill, 2007).

### **Institucionalização, Reincidência, e Prevenção de Comportamentos**

Poucos são os jovens do sexo masculino estão sob custódia da justiça juvenil, comparativamente à sua proporção na população (Wilkinson, Magora, Garcia, & Khurana, 2009).

Para Van der Helm e colegas, altas taxas de agressividade em adolescentes detidos em estabelecimentos de justiça juvenil é considerado um problema grave, não só para os próprios adolescentes, mas também para o pessoal que lá trabalha (Van der Helm, Matthys, Moonen, Giesen, van Der Heide, & Stams, 2012). Isto porque tal padrão comportamental pode ter uma influência negativa no ambiente do grupo, na adequação de respostas da equipa, na qualidade das relações terapêuticas e, eventualmente, nos resultados do tratamento terapêutico (van der Helm, 2011). Tornando-se necessária a existência de um clima de grupo aberto, caracterizado por um ambiente que promova a reabilitação através de apoio pessoal dos jovens, e respeito, onde os adolescentes sejam responsabilizados pela sua própria conduta, resultando na promoção de um locus de controlo interno e numa inclinação para aceitar a ajuda de outras pessoas (van der Helm, Klapwijk, Stams, & van der Laan, 2009) ou para ajudar os outros (van der Helm, van der Stel, Stams, van Langen, & van der Laan, 2012). Todos estes métodos têm, segundo Van Genabeek, em vista o aumento das possibilidades de sucesso do tratamento de problemas de externalização e de personalidade (van der Helm, Matthys, Moonen, Giesen, van Der Heide, & Stams, 2012), bem como a promoção do aumento da auto-eficácia e otimismo (Southwick, Vythilingam, & Charney, 2005; Mikulincer & Shaver, 2008).

A institucionalização resulta assim num ambiente particular em que um adolescente com problemas de comportamento exhibe os seus comportamentos, proporcionando assim a oportunidade para definir os objetivos do tratamento, e criando a possibilidade

de tratamento individualizado tendo em conta os riscos e as necessidades de adolescentes com problemas comportamentais graves (Andrews & Bonta, 2010), até porque jovens envolvidos com o Sistema de Justiça apresentam uma maior probabilidade de persistir em carreiras criminais (Brown, Killian, & Evans, 2014).

No caso das raparigas, estas são menos propensas a ser institucionalizadas (Leiber & Stairs, 1999; Brownfield, Sorenson, & Thompson, 2001; MacDonald & Chesney-Lind, 2001; Leiber & Mack, 2003; Chesney-Lind & Shelden, 2013), contudo tendem a sofrer sanções mais severas em casos menos graves de delinquência (MacDonald & Chesney-Lind, 2001).

É em jovens envolvidos com o sistema de justiça juvenil que se denota um maior envolvimento em comportamentos sexuais de risco, comparativamente aos seus pares não encarcerados, aumentando o risco de serem pais sem planearem (Guagliardo, Huang, & D'Angelo, 1999; Weinman, Smith, & Buzi, 2002), estes apresentam também taxas mais elevadas de abuso de substâncias (Stouthamer-Loeber & Wei, 1998), mais problemas de conduta, e mais problemas escolares (Bunting & McAuley, 2004). Em jovens encarcerados, as taxas de Perturbações de Comportamento variam entre 35% e 60% em ambos os géneros (Wasserman, McReynolds, Ko, Katz, & Carpenter, 2005). No entanto, Jainchill e colegas (1997), numa amostra de jovens envolvidos de justiça, relataram taxas de prevalência mais elevadas em raparigas.

A reincidência entre os jovens delinquentes é, segundo Ashford e LeCroy, essencialmente definida pelo reingresso no sistema de justiça (Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010). A reincidência inclui fatores como a criminalidade parental (Lattimore, Visher, & Linster, 1995), os crimes anteriores (Hoge, 1999; Andrews & Bonta, 2010), e a idade da primeira infração (Wierson & Forehand, 1995). Foster e Hagan, na obra de

Huan, Ang, e Yen Nie Lim, (2010), referem que o estigma da criminalidade associado aos pais pode acelerar trajetórias familiares negativas, com duração e consequências danosas, dada a falta de oportunidades convencionais para alterar o rumo das suas vidas na escola, no trabalho ou outras instituições na comunidade. A criminalidade parental assume-se assim como um dos fatores mais fortes para a reincidência, uma vez que é um fator imutável na vida de um jovem, contrariamente aos comportamentos delinquentes anteriores do jovem, que são modificáveis (Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010). Hirschi (2002), reforça a mesma ideia relativa à criminalidade parental, justificando que quanto mais fortes os laços entre pais e adolescentes, maior a vinculação entre ambos, e conseqüentemente a adoção de comportamentos dos pais.

Adolescentes que ingressam no sistema de justiça juvenil enfrentam um alto nível de risco de reincidência e um maior período de encarceramento, uma vez que quando regressam do encarceramento para o seu meio de origem mantêm-se grande parte dos fatores internos e externos que influenciaram seu comportamento desviante (Brown, Killian, & Evans, 2014).

Heilbrun e colegas (2000), apontaram para a importância de combinar os fatores de risco para a reincidência com estratégias de intervenção durante o encarceramento do jovem e na comunidade. Porque fortes ligações à comunidade são necessárias para interligar os programas de intervenção desenvolvidos durante a reclusão e aqueles que são posteriormente elaborados na comunidade focam-se maioritariamente nos serviços comunitários. Até porque quando as intervenções junto dos jovens têm sucesso, há uma menor probabilidade de reincidirem (Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010). Para que isso aconteça, torna-se importante intervir junto dos jovens e dos seus familiares, sendo que para tal, Harrikari (2013), propõe três táticas de intervenção, que passam pelo aumento

da responsabilidade parental, promovendo o reforço dos laços familiares através da participação parental e de um maior controlo na vida dos seus filhos. Considerando importante intervir também diretamente diante dos jovens, pelo que Harrikari (2013) propõe uma intervenção direta e precoce, com o objetivo de intensificar o controle sobre as crianças e jovens, de forma a prevenir e reduzir crimes juvenis e danos consequentes através da identificação e tratamento de fatores de risco individuais. Por fim, este autor (Harrikari, 2013) defende a promoção do auto controlo dos jovens, tal como o estabelecimento de regras comuns, de forma a ensinar-lhes boas maneiras, acostumando-os a comportarem-se de acordo com as regras, e criando possibilidades de atuar corretamente em locais públicos, regulando a sua conduta e evitando comportamentos desajustados.

## **Formação Parental e Modelos de Intervenção Familiar**

### **Formação Parental**

Os pais não devem negligenciar as responsabilidades de criar um filho, e devem ser coerentes na sua educação, visto que uma abordagem conflituosa na educação dos filhos poderá ter influência sobre o ingresso num estilo de vida criminal por parte das crianças (Harrikari, 2013). Os papéis parentais devem assim assentar no equilíbrio entre os géneros, disponibilidade emocional e grau de conforto no desempenho da tarefa (Kaplan, 2010).

Denota-se que pais jovens são muitas vezes mal preparados para a paternidade e têm expectativas irreais sobre as responsabilidades da educação dos filhos (Wilkinson, Magora, Garcia, & Khurana, 2009). Muitas pessoas que lidam com a paternidade sem assistência externa, deparam-se com alguns conflitos ou dificuldades, a par de outras pessoas que se sentem inseguras como pais (Hallberg & Håkansson, 2003).

Grande parte dos progenitores carece de um esclarecimento apropriado do papel da relação que deve ser estabelecida entre pais e filhos. As crianças são vistas como objetos para a gratificação de um adulto. Bavolek e Keene enfatizam que na maioria das vezes os adultos são muito carentes, e sentem-se inseguros e inadequados, acabando por colocar as necessidades da criança em segundo lugar face às suas próprias necessidades (Grella e Greenwell, 2006). Importa assim promover a fiscalização e supervisão de crianças e jovens, não só a nível institucional e em práticas formais, mas também na interação informal e diária (Harrikari, 2013).

O fato de ter uma menor escolaridade também contribui para a existência de atitudes parentais de risco (Grella e Greenwell, 2006). Surgindo os programas de parentalidade, como uma solução, na ótica de Barlow e Stewart Brown, não só para melhorar problemas de comportamento em crianças pequenas (Hallberg & Håkansson, 2003), mas também para melhorar as atitudes e práticas parentais, tal como as dinâmicas familiares (Dembo, Sweitzer, & Lauritzen, 1985).

### **Intervenção Familiar**

A intervenção junto das famílias que tem como alvo as relações disfuncionais, tem-se mostrado eficazes na redução de comportamentos problemáticos dos adolescentes (Stanton & Shadish, 1997). Como tal, comportamentos problemáticos podem ser evitados através do aumento de serviços terapêuticos, de formações sobre supervisão parental, da comunicação entre pais e filhos, e outras práticas de gestão familiar para as famílias com historial de práticas de abuso e negligência (Wiebush, Freitag, & Baird, 2001).

Uma avaliação diagnóstica de problemas familiares e intervenções focadas na família também podem beneficiar os jovens envolvidos no sistema de justiça juvenil (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

Gordon e colegas, descrevem a terapia familiar como uma terapia que incide sobre toda a família e inclui treino de habilidades comportamentais, tendo sido encontrada como uma forma de reduzir a reincidência entre delinquentes (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

Vários modelos têm sido criados no campo da avaliação e intervenção junto de sujeitos delinquentes, sendo o Modelo Integrado do Comportamento Criminal de Andrews e Bonta (2006) que mais se evidencia nesta matéria, referindo que os melhores preditores do comportamento criminal se podem avaliar com recurso a demonstrações estatísticas. Este modelo assenta em dois princípios básicos, sendo um deles a existência de uma vasta e complexa rede de fatores que estão na base do comportamento criminal e se baseiam nas experiências vividas pelos sujeitos e nas interações pessoais que estes estabelecem, tal como em fatores situacionais. O outro princípio no qual este modelo assenta explica que é possível criar programas de prevenção da reincidência de comportamentos da esfera criminal através do estudo dos fatores que estão na base deste tipo de comportamentos.

As abordagens mais eficazes englobam uma ampla gama de risco familiar e fatores de proteção através da combinação do treino de competências pessoais e sociais para a vida dos jovens, com programas de treino de competências dos pais para melhorar a supervisão e nutrição (Stanton et al., 2004).

Visto a institucionalização representar um forte impacto na vida dos jovens e visar a sua ressocialização, o *Community Counseling Model* (Lewis, Lewis, Daniels & D'Andrea, 2002) urge assim como um modelo que se propõe a minimizar o impacto da institucionalização nos jovens com recurso a estratégias de intervenção direta e indireta que potenciam o bem estar destes e da comunidade à sua volta. Este é um modelo importante dado que permite intervir junto dos jovens e das suas famílias, servindo de complemento a outros modelos, principalmente ao Modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner's, 1979), que constitui uma compreensão do contexto em que os jovens estão inseridos com vista à criação de estratégias de

intervenção para o fortalecimento de laços entre os jovens e a sua família, e entre os jovens e o exterior, para uma progressiva reintegração no seu meio familiar, tal como no seu meio de origem.

Uma família disfuncional, um meio ambiente disfuncional, e maus tratos à criança são referidos como fatores de risco para problemas de comportamento nos adolescentes. O reconhecimento dos efeitos de mediação da criança vitimizada e supervisão parental devem estimular a justiça juvenil a iniciar os esforços de prevenção e intervenção direcionados a práticas parentais eficazes, bem como a redução do risco de problemas comportamentais (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008).

A terapia funcional da família, a reestruturação cognitiva e serviços padronizados, são intervenções clínicas projetadas para atingir atitudes antissociais e de comportamento, bem como as relações familiares disfuncionais (Dembo, Turner, & Jainchill, 2007). A Terapia Familiar Funcional, é para Alexander e colegas, uma terapia que tenta entender os problemas da família, e de que forma esses problemas afetam o funcionamento da família (Brown, Killian, & Evans, 2014). O Treino de Supervisão Parental concentra-se no ensinamento dos pais e numa resposta mais eficaz e consistente a comportamentos específicos por parte dos seus filhos, bem como na estimulação de um reforço mais positivo (Morton & Ewald, 1987). Hennggeler e Bourdin descrevem a terapia Multissistémica como uma terapia que objetiva analisar e abordar a origem dos problemas que os adolescentes têm com a família, pares, escola, ou contextos comunitários (Brown, Killian, & Evans, 2014).

De acordo com Kaminer e colegas, importa referir que jovens com défice de atenção e perturbação de comportamento podem ser particularmente propensos a uma rescisão antecipada do tratamento (Dembo, Turner, & Jainchill, 2007). O mesmo acontece com

jovens com traços psicopáticos, que apresentam pobres resultados quando em programas de tratamento (Rogers, Johansen, Chang, e Salekin, 1997).

O fato pelo qual é importante aprofundar as atitudes criminosas advém da possibilidade destas serem suscetíveis de mudança através de intervenções estruturadas e construídas cuidadosamente. A avaliação de atitudes criminosas antes e depois do tratamento podem fornecer estimativas mais precisas de resultados clínicos que podem ser alcançados por outras medidas, como os antecedentes criminais anteriores (Knight, Garner, Simpson, Morey, & Flynn, 2006).

## **Objetivos**

O presente estudo visa analisar as características sócio demográficas de jovens do sexo masculino e feminino, institucionalizados e não institucionalizados. Este estudo perspectiva também avaliar as diferenças nos níveis de supervisão parental entre jovens institucionalizados e não institucionalizados, bem como a existência de relações entre comportamentos problemáticos, supervisão parental e suporte familiar.

Face ao exposto, e à revisão de literatura efetuada, foram formulados oito objetivos específicos:

Objetivo 1 – Analisar as diferenças nos comportamentos problemáticos adotados por rapazes e raparigas institucionalizados.

Objetivo 2 – Analisar as diferenças ao nível de supervisão parental entre rapazes e raparigas institucionalizados.

Objetivo 3 – Analisar as diferenças nos níveis de suporte familiar entre rapazes e raparigas institucionalizados.

Objetivo 4 – Analisar as diferenças nos comportamentos problemáticos adotados por jovens institucionalizados e não institucionalizados.

Objetivo 5 – Analisar as diferenças ao nível da supervisão parental entre jovens institucionalizados e não institucionalizados.

Objetivo 6 – Analisar as diferenças ao nível de suporte familiar entre jovens institucionalizados e não institucionalizados?

Objetivo 7 – Avaliar a relação entre a supervisão parental e comportamentos problemáticos nos adolescentes.

Objetivo 8 – Avaliar a relação entre suporte familiar e comportamentos problemáticos.

## **Método**

### **Desenho do estudo**

O presente estudo centra-se essencialmente na análise de comportamentos problemáticos, supervisão parental, e satisfação familiar entre jovens institucionalizados e não institucionalizados. Dada a ausência de estudos desta natureza aplicados ao contexto português, este estudo assume um desenho de natureza exploratória e comparativa, de carácter quantitativo, com recurso à metodologia de inquérito através de questionários.

### **Participantes**

A presente investigação é constituída por uma amostra total de 71 jovens, dos quais 43 pertencem ao sexo masculino e 28 ao sexo feminino, representando 36 dos jovens que participaram no estudo uma subamostra da população que se encontra a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo e restantes 35 inquiridos representam uma subamostra de jovens que frequentam o 8º, 10º e 12º anos no ensino recorrente em meio urbano. A média total de idades é de 16 anos ( $M= 16,18$ ;  $DP= 1,684$ ), pelo que 11,3% frequentam o 2º ciclo do ensino básico, 47,8% frequentam o 3º ciclo do ensino básico e 40,9% frequentam o ensino secundário. A amostra é composta maioritariamente por jovens de nacionalidade Portuguesa (97,2%), oriundos de várias zonas da Grande Lisboa (42,3%), concelho de Almada (42,3%), Seixal (9,9%), Vila Franca de Xira (4,2%), e Maia (1,4%).

### **Jovens a cumprir medida de internamento em Centro Educativo**

Os jovens desta subamostra encontram-se a cumprir a sua medida de internamento no Centro Educativo da Bela Vista, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Têm idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos, sendo a sua média de idades de 17 anos ( $M=16,94$ ;  $DP=1.145$ ). Dos jovens que constituem esta subamostra, 26 (72,2%) são do sexo masculino, e 10 (27,8%) são do sexo feminino. A maioria é de nacionalidade portuguesa (94,4%), sendo que 22,2% frequenta o 2º ciclo do ensino básico, 50% o 3º ciclo do ensino básico, e 27,8% o ensino secundário, em cursos de Educação e Formação de Adultos promovidos pelo Centro Protocolar de Justiça. Dos constituintes desta subamostra, 63,9% recebem apoio social escolar, logo que 36,1% não recebem. Quanto aos agregados familiares a que os jovens estão afetos, 30,6% residem com os pais e irmãos, 38,9% residem com um dos seus pais e os irmãos, 19,4% residem com as mães, padrastos e irmãos, 8,3% residem com os avós e irmãos, e apenas 2,8% residem num Lar de Acolhimento.

### **Jovens a frequentar o Ensino Básico e Secundário no ensino recorrente**

Quanto aos 35 jovens desta subamostra, encontram-se a estudar na Escola Emídio Navarro, situada na cidade de Almada, e têm idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, sendo a sua média de idades de 15 anos ( $M=15,40$ ;  $DP=1.802$ ). Dos jovens que constituem esta subamostra, 17 (48,6%) são do sexo masculino, 18 (51,4%) são do sexo feminino, e todos de nacionalidade Portuguesa. 45,7% frequentam o 3º ciclo, e 54,3% frequentam o ensino secundário. Dos constituintes desta subamostra, 11,4% recebem apoio social escolar, pelo que 88,6% não recebem. Relativamente aos seus agregados familiares, 68,6% dos jovens residem com os pais e irmãos, 22,8% residem com um dos

seus pais e os irmãos, 2,9% residem com as mães, padrastos e irmãos, e 5,7% residem com os avós e irmãos.

## **Instrumentos**

Para a utilização dos instrumentos abaixo designados foram contatados os seus autores via e-mail, com o propósito de obter a sua autorização para a utilização dos instrumentos, que responderam com um parecer positivo, como se pode verificar no anexo 1 e no anexo 2.

**Questionário Sócio-Demográfico.** O questionário sócio-demográfico objetiva a recolha de dados sócio-demográficos mais pertinentes à realização deste estudo, tais como idade, sexo, nacionalidade, freguesia de residência, escolaridade, retenções desde o início do 2º Ciclo, faltas disciplinares no passado ano letivo, suspensões, mudanças de escola, trabalho físico, apoio social escolar, e agregado familiar. Este questionário foi aplicado com o intuito de analisar as características sócio demográficas e jurídico penais de jovens do sexo masculino e feminino, institucionalizados e não institucionalizados (Ver anexo 3).

**Escala de Perceção de Suporte Social da Família (PSS-Fa; versão experimental de Gouveia, Leal, Cardoso, Sangalhos & Nunes, 2013).** Esta escala está ainda a ser trabalhada para validação, contudo é utilizada para medir a perceção dos adolescentes face ao apoio da sua família. É composta por vinte itens, apresentando três possibilidades de resposta (Sim, Não e Não Sei). Ao serem trabalhados estatisticamente, os itens são codificados pelos números 1, que corresponde a “Sim”, 2, que corresponde a “Não”, e 3, que corresponde a “Não Sei”. Sendo efetuada no final a média dos itens, e

quanto maior o *score*, menor a percepção de suporte social da família, e assim sucessivamente. Ver anexo 4.

***Parental Supervision* (Arthur, Hawkins, Pollard, Catalano & Baglioni, 2002; tradução/adaptação de Vilhena & Cardoso, 2011).** Este instrumento tem por objetivo avaliar a percepção dos jovens face às regras estabelecidas pelos pais e quão próxima é a supervisão parental. É constituído por oito itens, apresentando as modalidades de resposta através de uma escala do tipo *Likert*, com quatro níveis (NÃO!; não; sim; SIM!). Com pontuações que podem ir dos 8 aos 32 pontos, sendo que quanto maior for a pontuação obtida neste instrumento maior será a supervisão parental efetuada ao jovem. Ver anexo 5.

***Perception of Problem Behavior* (Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber & Van Kammer, 1998; tradução/adaptação de Vilhena & Cardoso, 2011).** Este instrumento mede a probabilidade do indivíduo se envolver em problemas de comportamento. É composto por 18 itens, e tem uma consistência interna de .84. Apresenta duas possibilidades de resposta (sim/não). Quando aplicado, é solicitado ao jovem que indique se é (ou não) aceitável para si a envolvimento nos 18 comportamentos de risco descritos no referido instrumento. Sugerindo uma pontuação mais elevada, uma maior probabilidade de envolvimento do jovem em problemas de comportamento do tipo externalizantes. Ver anexo 6.

## **Procedimento**

Os procedimentos de investigação incidiram num primeiro momento com pedidos de autorização à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) através de

uma carta redigida ao Sr. Director Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Rui Sá Gomes (ver anexo 7), e à Direção Geral de Educação (DGE) através da inscrição online na plataforma Monotorização de Inquéritos em Meio Escolar, tendo sido solicitada a participação de jovens entre os 13 e os 20 anos de idade. Após aprovação do estudo por parte das entidades designadas (ver anexos 8 e 9), foram contactados o Centro Educativo da Bela Vista, Lisboa, e o Agrupamento de Escolas Emídio Navarro em Almada, que desde logo se manifestaram interessados em participar no estudo, autorizando a realização do mesmo nas suas instalações, e disponibilizando os meios necessários à sua realização. Logo que foi dado o parecer positivo por parte do CEBV, em reunião com o Dr. Paulo Monteiro, Diretor deste Centro Educativo, e do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, em reunião com a Professora Ana Pereira, Adjunta do 2.º e 3.º ciclos deste Agrupamento, foi explicado aos jovens, no caso do Centro Educativo da Bela Vista, o propósito do estudo, os seus objetivos, a salvaguarda de anonimato e confidencialidade, uma vez que não seria necessário preencher dados que os identificasse, e que os documentos preenchidos seriam guardados em local seguro e destruídos logo que concluído o presente estudo. Foi ainda dito aos jovens que a participação no estudo não seria de carácter obrigatório, bem como que poderiam recusar a qualquer altura a participação no estudo, visto que a participação seria de carácter voluntário.

Após este esclarecimento foi questionado aos jovens se estariam interessados em participar. Demonstrado o interesse da maioria, e visto grande parte dos jovens serem menores de idade foram enviadas declarações de consentimentos aos seus tutores legais para que estes as assinassem (ver anexo 10), tendo sido entregues declarações de consentimento informado aos jovens maiores de idade, para serem preenchidas pelos

mesmos (ver anexo 11). No que respeita aos jovens do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, foram transmitidas aos Diretores de Turma dos 8.ºs, 10.ºs e 12.ºs anos as mesmas informações que tinham sido comunicadas aos jovens institucionalizados, que se comprometeram a informar os seus alunos do que lhes tinha sido transmitido, questionando estes se estariam interessados em participar de forma voluntária, sem qualquer prejuízo de não participação. Demonstrado o interesse de apenas alguns alunos, foram adotados os mesmos procedimentos que tinham sido adotados para com os jovens institucionalizados relativamente à entrega das folhas de consentimento informado.

Conseguido o acesso à amostra, através da entrega das declarações de consentimento informado por parte dos jovens interessados em participar no estudo, assinadas pelos próprios no caso de serem maiores de idade, e assinadas pelos seus tutores legais ou encarregados de educação, no caso de serem menores de idade, procedeu-se à aplicação dos instrumentos. No caso dos jovens institucionalizados, os instrumentos foram aplicados de forma individual, durante o mês de fevereiro e março, já no caso dos jovens a frequentar o ensino básico e secundário no ensino recorrente, os instrumentos foram aplicados de forma coletiva, durante o mês de maio e junho, com a finalidade de se avaliar a perceção que os jovens têm face ao suporte prestado por parte da sua família, supervisão e regras estabelecidas pelos seus pais, e ainda a probabilidade de se envolverem em comportamentos problemáticos.

Quanto à análise de dados, foi utilizado o programa informático IBM SPSS, versão 20.

## Resultados

Objetivo 1 – Analisar as diferenças nos comportamentos problemáticos adotados por rapazes e raparigas institucionalizados.

Para analisar as diferenças entre comportamentos problemáticos adotados por rapazes e raparigas institucionalizados, recorreu-se ao teste não paramétrico *Mann Whitney*, que demonstrou a existência de diferenças significativas ( $\text{sig} = 0,021 < P = 0,05$ ) entre os comportamentos problemáticos adotados pelos respondentes de ambos os sexos, ver quadro 1.

### Quadro 1

*Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Perceção de Problemas de Comportamento – Item Único em função do sexo e valores do teste de Wilcoxon-Mann-Whitney e do p-value da análise das diferenças das médias.*

Cotação	Sexo								
	Feminino			Masculino					
Perception of Problem Behavior	N	MR	SR	N	MR	SR	W	U	P
	10	24.95	249.50	26	16.02	416.5	416.5	65.5	.021

Analisados os *mean rank* de cada uma das questões, foi possível concluir que tais diferenças se encontravam nas questões “*Não dizer aos teus pais o que estás a fazer*”, “*Ter amigos que os teus pais não aprovam*”, “*Fumar*”, “*Experimentar drogas*”, “*Roubar em certas circunstâncias*”, “*Resolver um conflito através da luta*”, que

tornaram possível inferir que são as raparigas que apresentaram uma maior prevalência destes comportamentos quando comparadas com os rapazes, ver quadro 2. Isto contradiz a literatura revista, que contraria esta tendência, e refere que as raparigas tendem a ter menos pares delinquentes, e que os comportamentos problemáticos adotados por estas são sobretudo relacionados com o contexto escolar e com os relacionamentos amorosos.

### *Quadro 2*

*Estatística descritiva das médias dos itens da Perceções de Comportamentos Problemáticos que apresentam diferenças significativas em função do sexo dos jovens institucionalizados e da análise das diferenças das médias.*

Cotação	Sexo					
	Feminino			Masculino		
Perception of Problem Behavior	N	MR	SR	N	MR	SR
<i>Não dizer aos teus pais o que estás a fazer</i>	10	24.50	245	26	16.19	421
<i>Ter amigos que os teus pais não aprovam</i>	10	24	240	26	16.38	426

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados

<i>Fumar</i>	10	23.40	234	26	16.62	432
<i>Experimentar drogas</i>	10	23.80	238	26	16.46	428
<i>Roubar em certas circunstâncias</i>	10	21.90	219	26	17.19	447
<i>Resolver um conflito através da luta</i>	10	22.70	227	26	16.88	439

---

Objetivo 2 – Analisar as diferenças ao nível de supervisão parental entre rapazes e raparigas institucionalizados.

Para avaliar as diferenças nos níveis de supervisão parental entre rapazes e raparigas institucionalizados foi aplicado o teste estatístico *Mann Whitney*, que provou existirem diferenças significativas ao nível de supervisão parental entre rapazes e raparigas (sig=0,038 <P=0,05), ver quadro 3.

*Quadro 3*

*Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Supervisão Parental – Item Único em função do sexo e valores do teste de Wilcoxon-Mann-Whitney e do p-value da análise das diferenças das médias.*

		Sexo									
Cotação	Feminino			Masculino					W	U	P
	Supervisão Parental	N	MR	SR	N	MR	SR				
		10	12.65	126.50	26	20.75	539.50	126.5	71.5	.038	

Analisadas as médias de forma individual, foi possível verificar que rapazes e raparigas apresentam níveis moderados de supervisão parental, contudo, os rapazes (M=23,62%) apresentam níveis de supervisão parental mais altos do que as raparigas (M=19,60%), ver quadro 4.

*Quadro 4*

*Estatística descritiva das médias da cotação da Supervisão Parental em função do sexo dos jovens institucionalizados e da análise das diferenças das médias.*

	Sexo	
	Masculino	Feminino
	%	%
Cotação Supervisão Parental	23.62	19.60

Objetivo 3 – Analisar as diferenças nos níveis de suporte familiar entre rapazes e raparigas institucionalizados.

Para satisfazer as pretensões deste objetivo, foi criada uma variável que congrega todos os itens da Escala de Perceção de Suporte Social da Família. Aplicado o teste de *Mann Whitney*, infere-se que não se aceita a hipótese de existirem diferenças significativas entre sexos, ver quadro 5.

#### Quadro 5

*Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Perceção de Suporte Social da Família – Item Único em função do sexo e valores do teste de Wilcoxon-Mann-Whitney e do p-value da análise das diferenças das médias.*

		Sexo							
Total PSS-Fa	Feminino			Masculino			W	U	P
	N	MR	SR	N	MR	SR			
	10	21.40	214	26	17.38	452	452	101	.304

No entanto, o conjunto dos respondentes de ambos os sexos institucionalizados apontam para um moderado suporte social da família ( $M=1,65$ ), ver quadro 6.

#### Quadro 6

*Estatística descritiva das médias da Perceção de Suporte Social da Família em função do sexo dos jovens institucionalizados e da análise das diferenças das médias.*

		Sexo	
		Masculino	Feminino

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados

	%	%
Cotação PSS-Fa	1.65	1.65

Objetivo 4 – Analisar as diferenças nos comportamentos problemáticos adotados por jovens institucionalizados e não institucionalizados.

Para analisar as diferenças nos comportamentos problemáticos adotados por jovens institucionalizados e não institucionalizados foi aplicado o teste da normalidade, em que o valor obtido pelo teste Kolmogorov Smirnov ( $\text{sig}=0,162 > P=0,05$ ) levou à aceitação da hipótese da distribuição normal, que posteriormente originou a aceitação da hipótese nula.

Verificando-se os pressupostos da normalidade, e confirmando-se a mesma, utilizou-se um teste paramétrico, o teste t-Student. Após aplicado, este teste, permite-nos inferir que não aceitamos a hipótese de existirem diferenças significativas nos comportamentos adotados entre jovens institucionalizados e não institucionalizados ( $\text{sig}=0,370$ ), ver quadro 7.

*Quadro 7*

*Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação das Perceções de Comportamentos Problemáticos em função da situação jurídica e valores do teste de t-Student e do p-value da análise das diferenças das médias.*

Situação Jurídica		
Cotação	Institucionalizado	Não Institucionalizado

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados

Perception of Problem Behavior	N	M	SD	N	M	SD	T	P
	36	5.94	3.48	35	5.23	3.20	.902	.370

Objetivo 5 – Analisar as diferenças ao nível da supervisão parental entre jovens institucionalizados e não institucionalizados.

Para avaliar a existência de diferenças ao nível de supervisão parental entre jovens institucionalizados e não institucionalizados foi aplicado o teste da normalidade, onde os valores dados pelo teste Kolmogorov Smirnov ( $\text{sig}=0,094 > P=0,05$ ) nos levam a aceitar a hipótese da distribuição normal. Pelo que foi utilizado um teste paramétrico, o teste t-Student, que nos permite inferir que aceitamos a hipótese de existirem diferenças significativas entre jovens institucionalizados e não institucionalizados ( $\text{sig}=0,007 < P=0,05$ ), ver quadro 8.

*Quadro 8*

*Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Supervisão Parental em função da situação jurídica e valores do teste de t-Student e do p-value da análise das diferenças das médias.*

Cotação Supervisão Parental	Situação Jurídica							
	Institucionalizado			Não Institucionalizado				
	N	M	SD	N	M	SD	T	P
	36	22.50	4.989	35	25.54	4,097	-2.804	.007

Verificada a existência de diferenças significativas entre a supervisão parental efetuada a jovens institucionalizados e não institucionalizados, foram avaliadas individualmente as médias dos itens que compõem o instrumento da supervisão parental em ambas as subamostras, verificando-se uma supervisão parental mais elevada a jovens não institucionalizados ( $M=25,54\%$ ), quando comparados a jovens institucionalizados ( $M=22,50$ ), ver quadro 9.

#### *Quadro 9*

*Estatística descritiva das médias da cotação da Supervisão Parental em função da situação jurídica e da análise das diferenças das médias.*

	Situação Jurídica	
	Institucionalizado	Não Institucionalizado
	%	%
Cotação Supervisão Parental	22.50	25.54

Objetivo 6 – Analisar as diferenças ao nível de suporte familiar entre jovens institucionalizados e não institucionalizados.

Após a criação de uma variável que congrega todos os itens da escala, e aplicado o teste da normalidade, infere-se que se aceita a hipótese nula ( $\text{sig}=.304 > P=0,05$ ), não se aceitando assim a hipótese de existirem diferenças significativas entre os jovens institucionalizados .

Posteriormente utilizou-se um teste paramétrico, o teste t-Student. Após aplicado, este teste, permite-nos inferir que não aceitamos a hipótese de existirem diferenças significativas nos comportamentos adotados entre jovens institucionalizados e não institucionalizados ( $\text{sig}=0,370 > P=0,05$ ). Apresentado o conjunto das respostas dadas pelos jovens institucionalizados, verifica-se uma tendência que aponta para um suporte social da família moderado em ambas as subamostras, denotando-se uma maior, embora ligeira, percepção de suporte social da família em jovens não institucionalizados ( $M=1,65$ ), quando comparados aos jovens institucionalizados ( $M=1,59$ ), ver quadro 10.

#### *Quadro 10*

*Estatística descritiva das médias e dos desvios de padrão da cotação da Percepção de Suporte Social da Família em função da situação jurídica e valores do teste de t-Student e do p-value da análise das diferenças das médias.*

Situação Jurídica								
	Institucionalizado			Não Institucionalizado				
	N	M	SD	N	M	SD	T	P
Total PSS-Fa	36	1.65	.270	35	1.59	.239	1.035	.370

Objetivo 7 – Avaliar a relação entre a supervisão parental e comportamentos problemáticos nos adolescentes.

Este objetivo perspetiva analisar a existência de uma associação entre a supervisão parental e os comportamentos problemáticos, de modo a avaliar qual a relação que ambos estabelecem. Estudada a eventual existência de correlação entre as variáveis que constituem a supervisão parental e os comportamentos problemáticos nos adolescentes, concluímos a existência de uma correlação que embora fraca (Pearson=-,570), é de

caráter negativo, e aponta que quanto maiores os níveis de supervisão parental menor a probabilidade de envolvimento em comportamentos problemáticos, ou que quanto menores os níveis de supervisão parental maior a probabilidade de envolvimento em comportamentos problemáticos.

Objetivo 8 – Avaliar a relação entre suporte familiar e comportamentos problemáticos.

Este objetivo pretende analisar a existência de uma associação entre o suporte familiar e os comportamentos problemáticos, de modo a avaliar qual a relação que ambos estabelecem. Para tal foi efetuada uma correlação, que permitiu inferir que as variáveis se relacionam, ainda que de uma forma muito fraca (Pearson= 0,313), tal como se pode observar no seguinte quadro. Entendemos que na agenda de investigações futuras, se repita este estudo, mas com uma amostra significativamente maior.

## **Discussão dos Resultados**

De acordo com a revisão de literatura efetuada, a delinquência juvenil é um fenómeno que assume uma relevância cada vez mais importante no que respeita às preocupações com a população jovem a nível mundial. Importa referir que embora não existam estudos semelhantes a este a nível nacional, alguns estudos mundiais reforçam os resultados obtidos na presente dissertação.

Ao analisarmos as características sócio demográficas e jurídico penais de jovens do sexo masculino e feminino, encontraram-se algumas diferenças, que foram de encontro ao que já vinha sendo reforçado pela literatura, sobretudo no que concerne aos agregados familiares, encontrando-se uma tendência dos jovens institucionalizados a pertencer maioritariamente (38,9%) a agregados familiares monoparentais, e agregados com a presença da figura materna e com inclusão de um substituto paterno, ou seja, a residir com apenas um dos seus pais e irmãos, ou com a sua mãe, padrasto, e irmãos, contrariamente aos jovens não institucionalizados, que na maior parte dos casos estão afetos a agregados constituídos pelos seus pais e irmãos (68,6%). Esta constatação vai de encontro às evidências suportadas pela literatura internacional que associa jovens com comportamentos problemáticos, que resultam na maioria dos casos em institucionalização, a famílias monoparentais (Sullivan, 1989; Brown, Mounts, Lamborn, & Steinberg, 1993; Pirog-Good, 1995; Catalano & Hawkins, 1996; Ardel & Day, 2002; Stets & Burke 2005; Anderson, 2008; Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010; Berger & Bzostek, 2014).

Ainda na sequência das características sócio demográficas, denotaram-se diferenças entre jovens institucionalizados e não institucionalizados quanto aos apoios escolares que auferem, visto que a maioria dos jovens institucionalizados (63,9%) recebia apoio escolar no período antecedente à sua institucionalização, enquanto que uma pequena percentagem dos jovens não institucionalizados (11,4%) aufere de apoio social escolar. Este fato remete para a associação dos jovens, principalmente os institucionalizados, a meios sociais desfavorecidos, o que vai de encontro ao que tem sido avançado pela literatura internacional (Sullivan, 1989; Gonzales, Cauce, Friedman, & Mason, 1996; Harper & Robinson, 1999; Kaplan, 2000; Ceballo, Ramirez, Hearn, & Maltese, 2003; Santos, Gomes, Trincão, Almeida, Duarte, Fernando, Sousa, Silva, Baptista, e Lopes 2004; Singer, Flannery, Guo, Miller, & Leibbrandt, 2004; Kliewer, Murrelle, Prom, Ramirez, Obando, Sandi, & del Carmen Karenkeris, 2006; Sullivan, 1989; Anderson, 2008; Lane, 2009; Wilkinson, Magora, Garcia, & Khurana, 2009; Morash, Stevens, & Yingling, 2014)

Analisado o primeiro objetivo, que se debruça sobre a existência de diferenças nos comportamentos problemáticos adotados por rapazes e raparigas institucionalizadas, foi possível constatarem-se diferenças ao nível deste tipo de comportamentos, principalmente nos itens que avaliam a comunicação das atividades diárias aos progenitores, o relacionamento com pares desajustados, o consumo de tabaco, a experimentação de drogas, o ato de roubar em determinadas circunstâncias e recurso à violência para resolver um conflito. Em ambos os itens, as raparigas responderam “sim” mais vezes do que os rapazes quando comparadas com estes. E embora este achado seja suportado pela pesquisa de Jainchill e colegas (1997), que relataram a existência de taxas de prevalência de perturbações de comportamento mais elevadas em raparigas

institucionalizadas do que em rapazes institucionalizados, não deixa de ser uma descoberta interessante, uma vez que grande parte da literatura revista contraria esta tendência. Visto existirem autores que defendem que as raparigas tendem a ter menos pares delinquentes (Moffitt, Caspi, Rutter, & Silva, 2001), e são mais independentes destes do que os rapazes (Kerr et al., 2006; Rose, & Rudolph, 2006). Refira-se ainda que a literatura internacional avança no sentido de raparigas envolvidas com o sistema de justiça juvenil referirem comportamentos problemáticos sobretudo de índole escolar, e de relacionamentos amorosos, (Morash, Stevens, & Yingling, 2014), quando comparadas aos rapazes, que adotam sobretudo comportamentos problemáticos relacionados com o abuso de substâncias e comportamentos agressivos (Welch, 2011). Revelando-se assim a pertinência de mais estudos futuros que avaliem os comportamentos problemáticos entre rapazes e raparigas institucionalizados.

Ao analisar o segundo objetivo, que incide sobre as diferenças ao nível de supervisão parental entre rapazes e raparigas institucionalizadas, que constitui um dos fatores mais importantes, e que mais protege contra o risco psicológico, social, e de repetição de comportamentos problemáticos (Patterson, Reid, & Dishion, 1992; Richards, Miller, O'Donnell, Wasserman, & Colder, 2004; Mazefsky & Farrell, 2005; Brookmeyer, Henrich, & Schwab -Stone, 2005; Kiriakidis, 2006; Robertson, Baird-Thomas & Stein, 2008; Bacchini, Miranda, & Affuso, 2011). Foram encontradas diferenças significativas, consistentes com o que já tinha sido anteriormente referido por Buhrmester e Furman (1987), que são as raparigas que apresentam menores níveis de supervisão parental (M=19,60%), quando comparadas com os rapazes (M=23,62%). Estas pontuações remetem para classificações moderadas em ambos os casos, com os rapazes a apresentarem maiores níveis de supervisão, o que pode ser explicado pelo fato

dos progenitores perceberem uma maior autonomia e maturidade sobretudo nas raparigas, interiorizando menores responsabilidades parentais face a estas (Kaplan, 2010), e deixando-as seguir o seu quotidiano de uma forma mais liberal, supervisionando com maior intensidade e regularidade as atividades diárias dos rapazes.

O terceiro objetivo visa analisar as possíveis diferenças de suporte familiar entre rapazes e raparigas institucionalizados, visto o suporte e a satisfação familiar (Brown, Mounts, Lamborn, & Steinberg, 1993; Garbarino, 1999; MacDonald, Piquero, Valois, & Zullig, 2005; Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010; Kaplan, 2010) constituírem uma fonte de proteção face ao envolvimento em comportamentos problemáticos. Dado esta questão não estar muito explorada na literatura revista, sobretudo entre rapazes e raparigas, este estudo explorou essa área, de modo a fornecer evidências sobre esta temática adequadas ao contexto português, constatando-se que os jovens institucionalizados, de ambos os sexos apresentam percentagens idênticas de suporte social e satisfação familiar ( $M=1,65$ ), bem como uma tendência consensual entre ambos os sexos de respostas positivas às seguintes perguntas, “*a minha família dá-me o apoio moral de que preciso*”, “*a minha família costuma dar-me boas ideias de como fazer as coisas*”, “*a minha família gosta de ouvir a minha opinião*”, “*confio na minha família para me dar apoio emocional*”, “*existe um membro da minha família a quem posso recorrer quando me sinto em baixo*”, “*a minha família ajuda-me a resolver os problemas*”, e “*os meus familiares procuram a minha companhia*”. A mesma tendência também pode observar-se no que respeita a respostas negativas, mas apenas na questão, “*desejava que a minha família fosse muito diferente*”, o que remete para uma satisfação geral familiar por parte dos jovens institucionalizados de ambos os sexos.

Analisado o quarto objetivo, que assenta na análise de comportamentos problemáticos adotados por jovens institucionalizados e não institucionalizados, e seguindo a mesma linha de pensamento da primeira questão, ao contrário do que seria de esperar, de acordo com a literatura avançada por autores internacionais, que descreve a envolvimento em comportamentos problemáticos por parte de jovens comprometidos com o Sistema de Justiça (Jainchill, De Leon, & Yagelka, 1997; Cocozza & Skowrya, 2000; Teplin, Abram, McClelland, Dulan, & Mericle, 2002; Wasserman, McReynolds, Larkin, Fisher, & Santos, 2002; Abram, Teplin, McClelland, & Dulcan 2003; Dembo & Schmeidler, 2003), na presente investigação obtiveram-se resultados que contrariam os obtidos anteriormente. Os resultados da presente investigação remetem para pontuações muito baixas nas subamostras de jovens institucionalizados ( $M=5,94$ ) e de jovens não institucionalizados ( $M=5,23$ ), não se verificando a existência de diferenças significativas entre ambas, muito pelo contrário, pois apresentam resultados muito semelhantes. Estes resultados contrariam o que seria esperado, sendo um achado interessante, que pode resultar sobretudo de uma tentativa de desejabilidade social por parte dos jovens institucionalizados, de forma a não serem estigmatizados socialmente devido à sua institucionalização. Refira-se também que estes resultados podem advir da possibilidade dos jovens terem a noção do que é certo ou errado, respondendo de acordo com os valores morais socialmente aceites, mas na prática não agirem em consonância com aquele que poderá ser o seu pensamento. Há ainda a possibilidade dos jovens institucionalizados terem adquirido novos valores e formas de pensar a partir do momento da sua institucionalização, que originam a não concordância com determinado tipo de comportamentos que praticavam no passado, uma vez que o instrumento que avaliou as suas perceções de problemas de comportamento se refere ao presente.

Ao analisar o quinto objetivo, que remete para o encontro de possíveis diferenças ao nível de supervisão parental entre jovens institucionalizados e não institucionalizados, e seguindo os passos efetuados para obtenção do resultado da questão dois, foi possível encontrar evidências que suportam a literatura internacional, no sentido em que há diferenças significativas em ambas as subamostras, apresentando, tal como se previa, os jovens não institucionalizados uma maior taxa de supervisão parental ( $M=25,54\%$ ), quando comparados com jovens institucionalizados ( $M=22,50$ ). Conquanto, aos resultados equivalem a uma supervisão parental moderada em ambos os casos. Estes achados assumem assim, um caráter importante, pois reforçam que os jovens institucionalizados auferem de uma menor supervisão parental, que é nada mais nada menos que um dos fatores que está na causa de comportamentos problemáticos, associação com pares desviantes, e conseqüentemente na institucionalização dos jovens, quando deficitária (Patterson, Reid, & Dishion, 1992; Dishion & McMahon, 1998; Mazefsky & Farrell, 2005; Miller, Wasserman, Neugebauer, Gorman-Smith, & Kamboukos, 1999; Ceballo, Ramirez, Hearn, & Maltese, 2003; Singer, Flannery, Guo, Miller, & Leibbrandt, 2004; Brookmeyer, Henrich, & Schwab-Stone, 2005; Kliewer, Murrelle, Prom, Ramirez, Obando, Sandi, & del Carmen Karenkeris, 2006; Hoeve et al., 2007; Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008; Bacchini, Miranda, & Affuso, 2011).

De acordo com o mencionado no terceiro objetivo, o sexto tem como intuito verificar a existência de diferenças nos níveis de suporte familiar entre jovens institucionalizados e não institucionalizados. Para tal, seguiram-se os mesmos procedimentos que na terceira questão, não se verificando diferenças significativas na percepção de suporte social da família em jovens não institucionalizados ( $M=1,65$ ) e jovens institucionalizados ( $M=1,59$ ), apontando as médias das cotações de ambos para um

suporte social da família moderado. Estes resultados não deixam de ser surpreendentes, contrariando assim a tendência descrita pela literatura internacional, que associa apenas jovens institucionalizados a famílias disfuncionais que lhes fornecem pouco suporte (Jainchill, De Leon, & Yagelka, 1997; Coccozza & Skowrya, 2000; Robertson & Husain, 2001; Teplin, Abram, McClelland, Dulan, & Mericle, 2002; Wasserman, McReynolds, Larkin, Fisher, & Santos, 2002; Abram, Teplin, McClelland, & Dulcan 2003; Dembo & Schmeidler, 2003; Grella, Stein, & Greenwell, 2005; Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008), quando comparados com jovens não institucionalizados. Os resultados obtidos diferem de grande parte dos estudos efetuados na área, o que pode ter acontecido devido a uma tentativa de desejabilidade social por parte dos jovens institucionalizados, optando por ocultar a supervisão que lhes é fornecida, e aproximando-se daquilo que para eles seria suposto. Conquanto, esta tentativa de desejabilidade social não podia ter sido evitada aquando do levantamento dos dados, visto este instrumento, à semelhança dos outros, não incluir itens que avaliem a desejabilidade social.

O sétimo objetivo visa analisar as relações entre a supervisão parental e os comportamentos problemáticos, visto autores internacionais, como é o caso de Kiriakidis (2006), avançar que é a supervisão parental que protege os jovens de problemas de comportamento. De acordo com esta perspetiva, foram correlacionadas as variáveis que constituem a supervisão parental e os comportamentos problemáticos, verificando-se a existência de uma correlação, que embora fraca, é de carácter negativo, levando-nos a ir de encontro às teorias avançadas pela literatura, que uma relação inversa entre os níveis de supervisão dos pais e os problemas de comportamento, ou melhor, uma fraca supervisão por parte dos pais leva a um aumento do risco de

comportamentos delinquentes futuros por parte dos filhos (Hoeve et al., 2007; Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008), e vice versa, uma vez que a supervisão quando efetuada pelos pais constitui um fator de proteção no que respeita a comportamentos delinquentes e consumo de drogas, premeditação da primeira relação sexual e a um maior evitamento de comportamentos sexuais de risco (Romer, Stanton, Galbraith, Feigelman, Black, & Li, 1999; Richards, Miller, O'Donnell, Wasserman, & Colder, 2004) Pelo que esta descoberta fortalece ainda mais a ideia de que a formação parental é necessária, para que os progenitores possam fornecer uma supervisão adequada às necessidades dos seus filhos, minimizando atitudes parentais de risco, mas também o risco dos filhos adotarem comportamentos problemáticos no caso dos jovens institucionalizados, e da readoção de comportamentos problemáticos no caso dos jovens institucionalizados (Dembo, Sweitzer, & Lauritzen, 1985; Morton & Ewald, 1987; Hallberg & Håkansson, 2003; Grella e Greenwell, 2006; Harrikari, 2013; Huan, Ang, & Yen Nie Lim, 2010; Brown, Killian, & Evans, 2014).

O oitavo objetivo deste estudo centra-se sobretudo na análise de relações entre suporte familiar e comportamentos problemáticos, pois tal como a literatura analisada avança, existindo a presença de suporte por parte da família, os jovens tendem a pensar antes de se envolverem em comportamentos indesejáveis, sentindo um maior nível de satisfação que contribui para a inibição de comportamentos desajustados (Garbarino, 1999; MacDonald, Piquero, Valois, & Zullig, 2005). Para tal, foi efetuada uma correlação que congrega os itens que constituem o suporte familiar e os comportamentos problemáticos, verificando-se a existência de correlação entre as variáveis, tal como se esperava, ainda que muito fraca, não deixando de reforçar o que já tinha sido avançado pela literatura internacional. Conhecida a relação entre o suporte

familiar e os comportamentos problemáticos, torna-se importante intervir junto das famílias, de modo a tratar as relações disfuncionais, aumentando os níveis de suporte familiar, e satisfação, reduzindo assim os comportamentos problemáticos dos adolescentes não institucionalizados (Stanton & Shadish, 1997; Wiebush, Freitag, & Baird, 2001) e institucionalizados (Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008). A Terapia Familiar Funcional e a Terapia Multissistémica são dois exemplos de intervenção a ter junto das famílias com vista à redução de comportamentos problemáticos por parte dos jovens (Brown, Killian, & Evans, 2014).

### **Conclusões, Limitações, e Recomendações Finais**

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões da presente dissertação, bem como as limitações encontradas, e as recomendações finais.

#### **Conclusões**

Ao realizar a presente dissertação foi-me possível concluir que os problemas comportamentais em jovens delinquentes institucionalizados, a supervisão parental, e suporte o social em jovens delinquentes institucionalizados se encontram interligados entre si, estabelecendo interações com outros fatores interiores e exteriores através de uma relação causa efeito.

Os problemas comportamentais em jovens, institucionalizados e não institucionalizados constituem uma preocupação cada vez maior, não só a nível nacional, mas também a nível mundial, pelo que é necessário entendê-los, para que possa ser possível a sua prevenção.

A presente dissertação, constitui o primeiro estudo aplicado ao contexto português a abordar estas três dimensões em conjunto, em jovens a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo, tendo produzido resultados consistentes com os que já vinham sendo publicados por vários autores internacionais, e tendo produzido ainda resultados interessantes para a comunidade científica e sem dúvida a desenvolver em estudos futuros que abordem esta temática. Dos resultados mais surpreendentes destacam-se o fato das raparigas institucionalizadas, quando comparadas com os

rapazes institucionalizados em termos de comportamentos problemáticos, apresentarem uma maior tendência em não informar os pais sobre as suas atividades diárias, ter amigos que os pais não aprovam, consumir tabaco, experimentar drogas, roubar em certas circunstâncias, e resolver conflitos através de lutas. Outro dos achados mais surpreendentes reside no fato de não se terem verificado diferenças significativas entre jovens institucionalizados e não institucionalizados, em termos de comportamentos problemáticos, apresentando ambos pontuações muito semelhantes, e baixas. Importa também considerar o resultado obtido na análise ao suporte familiar entre jovens institucionalizados e não institucionalizados, onde não foram encontradas diferenças significativas em ambas as subamostras, o que é de fato surpreendente.

Observadas as interações estabelecidas entre os fatores estudados, torna-se importante intervir diante dos mesmos com recurso a estratégias de intervenção, essencialmente de carácter familiar, de modo a poder prevenir problemas de comportamento, ou no caso de estes já terem existido, minimizar a sua probabilidade de reocorrência.

A presente dissertação constituiu para mim uma fonte de enriquecimento intelectual e científico, dado que ao investigar sobre esta temática, foi-me possível aprofundar o meu conhecimento sobre determinados aspetos constituintes da mesma. Esta investigação contribuiu para que fossem melhor compreendidas as interações estabelecidas entre problemas comportamentais, supervisão parental, e suporte social em jovens institucionalizados no contexto português. Os avanços efetuados nesta área de conhecimento, requerem assim replicações deste estudo, com vista a uma compreensão mais clara do fenómeno abordado e ao desenvolvimento, ou adaptação de

estratégias de intervenção, que permitam evitar certo tipo de comportamentos da população juvenil no futuro.

### **Limitações**

O fato de não existirem estudos semelhantes aplicados ao contexto português tornou-se uma limitação, para efeitos de revisão de literatura, pois a realidade judicial dos outros países funciona de forma diferente da portuguesa. Mas também para efeito de comparação de resultados, visto que a população juvenil institucionalizada tem características diferentes das da população juvenil institucionalizada estudada na presente dissertação, não permitindo assim fazer comparações rigorosas.

O fato de não existir um número semelhante de raparigas e rapazes no Centro Educativo da Bela Vista foi a segunda limitação encontrada, sobretudo para efeitos de tratamento estatístico.

### **Recomendações Finais**

Por último, recomendo a replicação deste estudo, com a inclusão de todos os jovens delinquentes institucionalizados a cumprir medidas tutelares de internamento em Centro Educativo, bem como a inclusão de mais escolas, e conseqüentemente mais alunos do ensino recorrente, de forma a conseguir uma amostra mais abrangente, e dar assim uma maior profundidade a esta investigação.

### Referências Bibliográficas

- Abram, K. M., Teplin, L. A., McClelland, G. M., & Dulcan, M. K. (2003). Comorbid psychiatric disorders in youth in juvenile detention. *Archives of general psychiatry*, 60 (11), 1097-1108.
- American Psychiatric Association (2013). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, (5ª ed.). Lisboa: Autor.
- Anderson, E. (2008). *Against the wall: Poor, young, black, and male*. University of Pennsylvania Press. Consultado em: <https://books.google.pt/books>.
- Andrews, D.A. & Bonta, J. (2006). *The Psychology of Criminal Conduct* (4). Newark, NJ: Anderson.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct*. Routledge. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 20/03/2015].
- Ardelt, M., & Day, L. (2002). Parents, siblings, and peers: Close social relationships and adolescent deviance. *The Journal of Early Adolescence*, 22 (3), 310-349.
- Bacchini, D., Miranda, M., & Affuso, G. (2011). Effects of Parental Monitoring and Exposure to Community Violence on Antisocial Behavior and Anxiety/Depression

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados  
Among Adolescents. *Journal of Interpersonal Violence*, 26 (2), 269-292. doi:  
10.1177/0886260510362879.

Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New York, NY: General Learning Press.

Barlow, J., & Stewart-Brown, S. (2000). Behavior problems and group-based parent education programs. *Journal of developmental & behavioral pediatrics*, 21 (5), 356-370.

Barnes, G. M., & Farrell, M. P. (1992). Parental support and control as predictors of adolescent drinking, delinquency, and related problem behaviors. *Journal of Marriage and the Family*, 763-776.

Barnow, S., Lucht, M., & Freyberger, H. J. (2005). Correlates of aggressive and delinquent conduct problems in adolescence. *Aggressive behavior*, 31(1), 24-39.

Baumeister, R. F., Smart, L., & Boden, J. M. (1996). Relation of threatened egotism to violence and aggression: the dark side of high self-esteem. *Psychological review*, 103(1), 5.

Berger, L. M., & Bzostek, S. H. (2014). Young Adults' Roles as Partners and Parents in the Context of Family Complexity. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 87-109. doi: 10.1177/0002716214527729.

Bernburg, J. G., & Krohn, M. D. (2003). Labeling, life chances, and adult crime: the direct and indirect effects of official intervention in adolescence on crime in early Adulthood\*. *Criminology*, 41 (4), 1287-1318.

- Booth, J., Farrel, A., & Varano, S. (2005). Social Control, Serious Delinquency, and Risky Behavior: A Gendered Analysis. *Crime & Delinquency*, 54 (3), 423-456. doi: 10.1177/0011128707306121.
- Borawski, E. A., Ievers-Landis, C. E., Lovegreen, L. D., & Trapl, E. S. (2003). Parental monitoring, negotiated unsupervised time, and parental trust: The role of perceived parenting practices in adolescent health risk behaviors. *Journal of Adolescent Health*, 33 (2), 60-70.
- Broidy, L. M. (1995). Direct supervision and delinquency: Assessing the adequacy of structural proxies. *Journal of Criminal Justice*, 23(6), 541-554.
- Bronfenbrenner, U., (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Harvard University Press.
- Brookmeyer, K. A., Henrich, C. C., & Schwab-Stone, M. (2005). Adolescents who witness community violence: Can parent support and prosocial cognitions protect them from committing violence?. *Child Development*, 76 (4), 917-929.
- Brown, R., Killian, E., & Evans, W. P. (2014). Familial Functioning as a Support System for Adolescents' Postdetention Success. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, (47) 5 529-541. doi: 10.1177/0306624X03252750.
- Brown, B. B., Mounts, N., Lamborn, S. D., & Steinberg, L. (1993). Parenting practices and peer group affiliation in adolescence. *Child development*, 64 (2), 467-482.

- Brownfield, D., Sorenson, A. M., & Thompson, K. M. (2001). Gang membership, race, and social class: A test of the group hazard and master status hypotheses. *Deviant Behavior*, 22(1), 73-89.
- Buhrmester, D., & Furman, W. (1987). The development of companionship and intimacy. *Child development*, 1101-1113.
- Bunting, L., & McAuley, C. (2004). Research review: Teenage pregnancy and parenthood: The role of fathers. *Child & Family Social Work*, 9(3), 295-303.
- Caldwell, R. M., Beutler, L. E., Ross, S. A., & Silver, N. C. (2006). Brief report: An examination of the relationships between parental monitoring, self-esteem and delinquency among Mexican American male adolescents. *Journal of Adolescence*, 29 (3), 459-464.
- Catalano, R. F., & Hawkins, J. D. (1996). A theory of antisocial behavior. *Delinquency and crime: Current theories*, 149. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 03/02/2015].
- Ceballo, R., Ramirez, C., Hearn, K. D., & Maltese, K. L. (2003). Community violence and children's psychological well-being: Does parental monitoring matter?. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 32 (4), 586-592.
- Chesney-Lind, M., & Shelden, R. G. (2013). *Girls, delinquency, and juvenile justice*. John Wiley & Sons. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 18/01/2015].

- Chilcoat, H. D., & Anthony, J. C. (1996). Impact of parent monitoring on initiation of drug use through late childhood. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 35 (1), 91-100.
- Cocozza, J. J., & Skowrya, K. R. (2000). Youth with mental health disorders: issues and emerging responses. *Juvenile Justice*, 7 (1).
- Dembo, M. H., Sweitzer, M., & Lauritzen, P. (1985). An evaluation of group parent education: Behavioral, PET, and Adlerian programs. *Review of Educational Research*, 55 (2), 155-200.
- Dembo, R., & Schmeidler, J. (2003). A classification of high-risk youths. *Crime & Delinquency*, 49 (2), 201-230.
- Dembo, R., Turner, C. W., & Jainchill, N. (2007). An Assessment of Criminal Thinking Among Incarcerated Youths in Three States. *Criminal Justice and Behavior*, 34 (9), 1157-1167. doi: 10.1177/0093854807304348.
- DeVault, M. L. (1999). Comfort and struggle: Emotion work in family life. *The ANNALS of the American Academy of political and Social Science*, 561 (1), 52-63.
- Dishion, T. J., & McMahon, R. J. (1998). Parental monitoring and the prevention of child and adolescent problem behavior: A conceptual and empirical formulation. *Clinical child and family psychology review*, 1 (1), 61-75.
- Dougherty, A. M., & Horne, A. M. (1977). The Helpfulness of Three Counseling Models as Perceived By Institutionalized Adolescent Males. *Criminal Justice and Behavior*, 4 (3), 273-284. doi: 10.1177/009385487700400305.

- Ellis, L., & Das, S. (2012). Delinquency, Androgens, and the Family: A Test of Evolutionary Neuroandrogenic Theory. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57 (8), 966-984. doi: 10.1177/0306624X12440564.
- Farrington, D. (1996). Understanding and preventing youth crime: Social policy findings. York: Joseph Rowntree Foundation/York Publishing Services.
- Furman, W., & Buhrmester, D. (1992). Age and sex differences in perceptions of networks of personal relationships. *Child development*, 63 (1), 103-115.
- Garbarino, J., & Haslam, R. H. (2005). Lost boys: Why our sons turn violent and how we can save them. *Paediatrics & child health*, 10 (8), 447. Consultado em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/>.
- Garey, A. I. (1999). *Weaving work and motherhood*. Temple University Press. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 23/03/2015].
- Gonzales, N. A., Cauce, A. M., Friedman, R. J., & Mason, C. A. (1996). Family, peer, and neighborhood influences on academic achievement among African-American adolescents: One-year prospective effects. *American journal of community psychology*, 24 (3), 365-387.
- Gorman-Smith, D., & Tolan, P. (1998). The role of exposure to community violence and developmental problems among inner-city youth. *Development and psychopathology*, 10 (01), 101-116.

- Grella, C. E., Stein, J. A., & Greenwell, L. (2005). Associations among childhood trauma, adolescent problem behaviors, and adverse adult outcomes in substance-abusing women offenders. *Psychology of Addictive Behaviors, 19* (1), 43.
- Grella, C., & Greenwell, L. (2006). Correlates of Parental Status and Attitudes Toward Parenting Among Substance-Abusing Women Offenders. *The Prison Journal, 86* (1), 89-113. doi: 10.1177/0032885505283925.
- Guagliardo, M., Huang, Z., & D'Angelo, L. (1999). Fathering pregnancies: Marking health-risk behaviors in urban adolescents. *Journal of Adolescent Health, 24* (1), 10-15.
- Hallberg, Ann-Christine, & Håkansson, A. (2003). Training programme for parents of teenagers: active parental participation in development and implementation. *Journal of Child Health Care, 7* (1), 7-16. doi: 1367-4935(200303)7:1030671.
- Harrikari, T. (2013). Securitizing Childhood – Childhood and Youth in Finnish Crime Prevention Programmes. *Youth Justice, 13* (1), 57-72. doi: 10.1177/1365480212474734.
- Heilbrun, K., Brock, W., Waite, D., Lanier, A., Schmid, M., Witte, G., ... & Shumate, M. (2000). Risk Factors for Juvenile Criminal Recidivism The Postrelease Community Adjustment of Juvenile Offenders. *Criminal justice and behavior, 27* (3), 275-291.
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency*. Transaction publishers. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 18/04/2015].

Hochschild, A. R. (2003). The time bind: When work becomes home and home becomes work. *The Cultural Study of Work*, 261-72. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 10/03/2015].

Hochschild, A. R. (2012). *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Univ of California Press. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 07/03/2015].

Hoeve, M., Smeenk, W., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., van der Laan, P., Gerris, J., & Dubas, J. (2007). Long-Term Effects of Parenting and Family Characteristics on Delinquency of Male Young Adults. *European Journal of Criminology*, 4 (2), 161-194. doi: 10.1177/1477370807074854.

Hoge, R. D. (1999). An expanded role for psychological assessments in juvenile justice systems. *Criminal Justice and Behavior*, 26 (2), 251-266.

Huan, V. S., Ang, R. P., & Yen Nie Lim, H. (2010). The Influence of Father Criminality on Juvenile Recidivism: Testing for Delinquent Behaviors as a Mediator. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54 (4), 566-580. doi: 10.1177/0306624X09336276.

Jainchill, N., De Leon, G., & Yagelka, J. (1997). Ethnic differences in psychiatric disorders among adolescent substance abusers in treatment. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 19(2), 133-148.

Johnson, J. E., Esposito-Smythers, C., Miranda Jr., R., Rizzo, C. J., Justus, A. N., & Clum, G. (2011). Gender, Social Support, and Depression in Criminal Justice-

Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes  
Institucionalizados  
Involved Adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative*

*Criminology*, 55 (7), 1096-1109. doi: 10.1177/0306624X10382637.

Johnson, R. A., Su, S. S., Gerstein, D. R., Shin, H. C., & Hoffmann, J. P. (1995).

Parental influences on deviant behavior in early adolescence: A logistic response

analysis of age-and gender-differentiated effects. *Journal of Quantitative*

*Criminology*, 11 (2), 167-193.

Kaplan, E. B. (2000). Using Food as a Metaphor for Care Middle-School Kids Talk

about Family, School, and Class Relationships. *Journal of Contemporary*

*Ethnography*, 29 (4), 474-509.

Kaplan, E. B. (2010). Doing Care on the Run: Family Strategies in the Contested

Terrain of Gender and Institutional Intransigence. *Journal of Contemporary*

*Ethnography*, 39 (6), 587 –618. doi: 10.1177/0891241610385343.

Kerr, D. C., Preuss, L. J., & King, C. A. (2006). Suicidal adolescents' social support

from family and peers: Gender-specific associations with psychopathology. *Journal*

*of abnormal child psychology*, 34(1), 99-110.

Khurana, A., & Gavazzi, S. M., (2010). Juvenile Delinquency and Adolescent

Fatherhood. *International Journal of Offender Therapy and Comparative*

*Criminology*, 55 (5), 756-770. doi: 10.1177/0306624X10372109.

- Kilpatrick, D. G., Ruggiero, K. J., Acierno, R., Saunders, B. E., Resnick, H. S., & Best, C. L. (2003). Violence and risk of PTSD, major depression, substance abuse/dependence, and comorbidity: results from the National Survey of Adolescents. *Journal of consulting and clinical psychology, 71*(4), 692.
- Kiriakidis, S. (2006). Perceived Parental Care and Supervision: Relations With Cognitive Representations of Future Offending in a Sample of Young Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 50* (2), 187-203. doi: 10.1177/0306624X05278517.
- Kliewer, W., Murrelle, L., Prom, E., Ramirez, M., Obando, P., Sandi, L., & del Carmen Karenkeris, M. (2006). Violence exposure and drug use in Central American youth: Family cohesion and parental monitoring as protective factors. *Journal of Research on Adolescence, 16*(3), 455-478.
- Knight, K., Garner, B. R., Simpson, D. D., Morey, J. T., & Flynn, P. M. (2006). An assessment for criminal thinking. *Crime & Delinquency, 52* (1), 159-177.
- Lanctôt, N., Cernkovich, S. A., & Giordano, P. C. (2007). Delinquent behavior, official delinquency, and gender: consequences for adulthood functioning and well-being\*. *Criminology, 45* (1), 131-157.
- Lane, J. (2009). Perceptions of Neighborhood Problems, Fear of Crime, and Resulting Behavioral Precautions: Comparing Institutionalized Girls and Boys in Florida. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 25* (3), 264-281. doi: 10.1177/1043986209335014.

Lattimore, P. K., Visher, C. A., & Linster, R. L. (1995). Predicting rearrest for violence among serious youthful offenders. *Journal of research in crime and delinquency*, 32 (1), 54-83.

Lei Tutelar Educativa, Lei nº 166/99, de 14 de setembro, Ministério da Justiça.

Leiber, M. J., & Mack, K. Y. (2003). The individual and joint effects of race, gender, and family status on juvenile justice decision-making. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40 (1), 34-70.

Leiber, M. J., & Stairs, J. M. (1999). Race, contexts, and the use of intake diversion. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 36(1), 56-86.

Lewis, J. A., Lewis, M. D., Daniels, J. A., & D'Andrea, M. J. (2002). *Community Counselling: empowerment strategies for a diverse society*. Brooks Cole.

Lochman, J. E. (2004). Contextual factors in risk and prevention research. *Merrill-Palmer Quarterly*, 50 (3), 311-325.

M. Le Blanc (1998) "Les mesures pour jeune délinquant," *Traité de criminologie empirique*, 2nd ed., D. Szabo and M. Le Blanc, Eds. (Montréal, PQ: Presses de l'Université de Montréal).

MacDonald, J. M., & Chesney-Lind, M. (2001). Gender bias and juvenile justice revisited: A multiyear analysis. *Crime & Delinquency*, 47(2), 173-195.

- MacDonald, J., Piquero, A., Valois, R., & Zullig, K. (2005). The Relationship Between Life Satisfactions, Risk-Taking Behaviors, and Youth Violence. *Journal of Interpersonal Violence, 20* (11), 1495-1518. doi: 10.1177/0886260505278718.
- Mason, W. A. (2001). Self-esteem and delinquency revisited (again): A test of Kaplan's self-derogation theory of delinquency using latent growth curve modeling. *Journal of Youth and Adolescence, 30* (1), 83-102.
- Mazefsky, C. A., & Farrell, A. D. (2005). The role of witnessing violence, peer provocation, family support, and parenting practices in the aggressive behavior of rural adolescents. *Journal of Child and Family Studies, 14* (1), 71-85.
- Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2008). "Can't buy me love": An attachment perspective on social support and money as psychological buffers. *Psychological inquiry, 19* (3-4), 167-173.
- Miller, H., & Barnes, J. (2013). Genetic Transmission Effects and Intergenerational Contact with the Criminal Justice System: A Consideration of Three Dopamine Polymorphisms. *Criminal Justice and Behavior, 40* (6), 671-689. doi: 10.1177/0093854812468434.
- Miller, L. S., Wasserman, G. A., Neugebauer, R., Gorman-Smith, D., & Kamboukos, D. (1999). Witnessed community violence and antisocial behavior in high-risk, urban boys. *Journal of Clinical Child Psychology, 28* (1), 2-11.

- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review* (100), 674-701.
- Moffitt, T. E. (2001). *Sex differences in antisocial behaviour: Conduct disorder, delinquency, and violence in the Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge University Press.
- Moffitt, T. E. (2003). Causes of conduct disorder and juvenile delinquency. In Lahey, B., Moffitt, T. E. & Caspi, A. (Eds.), *Life-Course-Persistent and Adolescent-Limited Antisocial Behavior: A 10-Year Research Review and a Research Agenda*, 49-75. New York, NY: Guilford Press.
- Morash, M., Stevens, T., & Yingling, J. (2014). Focus on the Family: Juvenile Court Responses to Girls and Their Caretakers. *Feminist Criminology*, 9 (4), 298-322. doi: 10.1177/1557085114527151.
- Morton, T. L., & Ewald, L. S. (1987). Family-based interventions for crime and delinquency. In *Behavioral approaches to crime and delinquency* (pp. 271-303). Springer US.
- Oke, N., Rostill-Brookes, H., & Larkin, M. (2011). Against the odds: Foster carers' perceptions of family, commitment and belonging in successful placements. *Clinical Child Psychology and Psychiatry* 18 (1), 7-24. doi: 10.1177/1359104511426398.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T. J. (1992). *A Social Interactional Approach Antisocial Boys* (4). Eugene, OR: Castalia.

- Pechorro, P, Abrunhosa Gonçalves, R., Maroco, J., Gama, A. P., Neves, S., & Nunes, C. (2014). Juvenile Delinquency and Psychopathic Traits: An Empirical Study With Portuguese Adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58 (2), 174-189. doi: 10.1177/0306624X12465584.
- Pirog-Good, M. A. (1995). The family background and attitudes of teen fathers. *Youth & Society*, 26 (3), 351-376.
- Richards, M. H., Miller, B. V., O'Donnell, P. C., Wasserman, M. S., & Colder, C. (2004). Parental monitoring mediates the effects of age and sex on problem behaviors among African American urban young adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 33 (3), 221-233.
- Robertson, A., Baird-Thomas, C., & Stein, J. (2008). Child Victimization and Parental Monitoring as Mediators of Youth Problem Behaviors. *Criminal Justice and Behavior*, 35(6), 755-771. doi: 10.1177/0093854808316096.
- Robertson, A., & Husain, J. (2001). Prevalence of mental illness and substance abuse disorders among incarcerated juvenile offenders. *Jackson, MS: Mississippi Department of Public Safety and Mississippi Department of Mental Health*.
- Rogers, R., Johansen, J., Chang, J. J., & Salekin, R. T. (1997). Predictors of adolescent psychopathy: Oppositional and conduct-disordered symptoms. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online*, 25 (3), 261-271.
- Romer, D., Stanton, B., Galbraith, J., Feigelman, S., Black, M. M., & Li, X. (1999). Parental influence on adolescent sexual behavior in high-poverty settings. *Archives of pediatrics & adolescent medicine*, 153 (10), 1055-1062.

- Rose, A. J., & Rudolph, K. D. (2006). A review of sex differences in peer relationship processes: potential trade-offs for the emotional and behavioral development of girls and boys. *Psychological bulletin*, 132 (1), 98.
- Santos, B., Gomes, C., Trincão, C., Almeida, J., Duarte, M., Fernando, P., Sousa, F., Silva, R., Baptista, S., & Lopes, T. (2004). Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa. *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Judiciais*. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Schraft, C. V., Kosson, D. S., & McBride, C. K. (2013). Exposure to Violence within Home and Community Environments and Psychopathic Tendencies in Detained Adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 40 (9), 1027-1043. doi: 10.1177/0093854813486887.
- Schwalbe, C. S., Fraser, M. W., Day, S. H., & Cooley, V., (2006). Classifying Juvenile Offenders According to Risk of Recidivism - Predictive Validity, Race/Ethnicity, and Gender. *Criminal Justice and Behavior*, 33 (3), 305-324. doi: 10.1177/0093854806286451.
- Singer, M. I., Flannery, D. J., Guo, S., Miller, D., & Leibbrandt, S. (2004). Exposure to violence, parental monitoring, and television viewing as contributors to children's psychological trauma. *Journal of Community Psychology*, 32 (5), 489-504.
- Southwick, S. M., Vythilingam, M., & Charney, D. S. (2005). The psychobiology of depression and resilience to stress: implications for prevention and treatment\*. *Annu. Rev. Clin. Psychol.*, 1, 255-291.

- Stanton, B., Cole, M., Galbraith, J., Li, X., Pendleton, S., Cottrel, L., Marshall, S., Wu, Y., & Kaljee, L. (2004). Randomized trial of a parent intervention: parents can make a difference in long-term adolescent risk behaviors, perceptions, and knowledge. *Archives of pediatrics & adolescent medicine*, *158*(10), 947-955.
- Stanton, M. D., & Shadish, W. R. (1997). Outcome, attrition, and family-couples treatment for drug abuse: A meta-analysis and review of the controlled, comparative studies. *Psychological bulletin*, *122*(2), 170.
- Stattin, H., & Kerr, M. (2000). Parental monitoring: A reinterpretation. *Child development*, *71* (4), 1072-1085.
- Stets, J. E., & Burke, P. J. (2005). New directions in identity control theory. *Advances in Group Processes*, *22* (1), 43-64.
- Stouthamer-Loeber, M., & Wei, E. H. (1998). The precursors of young fatherhood and its effect on delinquency of teenage males. *Journal of Adolescent Health*, *22*(1), 56-65.
- Sullivan, M. L. (1989). *"Getting Paid": Youth Crime and Work in the Inner City*. Cornell University Press. [Em linha]. Disponível em <<https://books.google.pt/books>>. [Consultado em 29/01/2015].
- Svensson, R. (2003). Gender differences in adolescent drug use the impact of parental monitoring and peer deviance. *Youth & Society*, *34*(3), 300-329.
- Teplin, L. A., Abram, K. M., McClelland, G. M., Dulcan, M. K., & Mericle, A. A. (2002). Psychiatric disorders in youth in juvenile detention. *Archives of general psychiatry*, *59*(12), 1133-1143.

- Tolan, P. H., Gorman-Smith, D., & Henry, D. B. (2003). The developmental ecology of urban males' youth violence. *Developmental psychology*, 39(2), 274.
- Van der Helm, G. H. P. (2011). First do no harm: Living group climate in secure juvenile correctional institutions.
- Van der Helm, P., Klapwijk, M., Stams, G., & van der Laan, P. (2009). 'What works' for juvenile prisoners: the role of group climate in a youth prison. *Journal of Children's Services*, 4 (2), 36-48.
- Van der Helm, G. H. P., Matthys, W., Moonen, X., Giesen, N., van Der Heide, ES., & Stams, G. J. J. M. (2012). Measuring Inappropriate Responses of Adolescents to Problematic Social Situations in Secure Institutional and Correctional Youth Care: A Validation Study of the TOPS-A. *Journal of Interpersonal Violence*, 28 (8), 1579-1595. doi: 10.1177/0886260512468322.
- Van der Helm, G. H. P., Stams, G. J. J. M., Van der Stel, J. C., Van Langen, M. A. M., & Van der Laan, P. H. (2012). Group climate and empathy in a sample of incarcerated boys. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 56 (8), 1149-1160.
- Wasserman, G. A., McReynolds, L. S., Ko, S. J., Katz, L. M., & Carpenter, J. R. (2005). Gender differences in psychiatric disorders at juvenile probation intake. *American Journal of Public Health*, 95 (1), 131-137.
- Wasserman, G. A., McReynolds, L. S., Lucas, C. P., Fisher, P., & Santos, L. (2002). The voice DISC-IV with incarcerated male youths: prevalence of disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 41(3), 314-321.

Weinman, M. L., Smith, P. B., & Buzi, R. S. (2002). Young fathers: An analysis of risk behaviors and service needs. *Child and Adolescent Social Work Journal, 19* (6), 437-453.

Welch, K. (2011). Parental Status and Punitiveness: Moderating Effects of Gender and Concern About Crime. *Crime & Delinquency, 57* (6), 878-906. doi: 10.1177/0011128708330101.

Wiebush, R. G., Freitag, R., & Baird, C. (2001). *Preventing delinquency through improved child protection services*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Wierson, M., & Forehand, R. (1995). Predicting recidivism in juvenile delinquents: The role of mental health diagnoses and the qualification of conclusions by race. *Behaviour research and therapy, 33* (1), 63-67.

Wilkinson, D. L., Magora, A., Garcia, M., & Khurana, A. (2009). Fathering at the Margins of Society: Reflections From Young, Minority, Crime-Involved Fathers. *Journal of Family Issues, 30* (7), 945-967. doi: 10.1177/0192513X09332354.

**Anexos**

## **Anexo 1 – Autorização para a utilização da versão portuguesa dos instrumentos**

### ***Parental Supervision e Perception of Problem Behavior***

Caro João Ferro

Temos muito gosto que utilize as versões traduzidas e adaptadas do original, dos instrumentos que refere.

Cumprimentos

Jorge Cardoso

---

**Anexo 2 – Autorização para a utilização da versão experimental da Escala de  
Percepção de Suporte Social da Família (PSS-Fa)**

Eu, Patrícia Gouveia, venho por este meio autorizar a utilização da Escala de Percepção de Suporte Social da Família (PSS-Fa, Procidano & Heller, 2007; versão experimental de Gouveia, Leal, Cardoso, Sangalhos & Nunes, 2013), que será sujeita a validação para a população portuguesa ao abrigo do meu projeto de Doutoramento, ao aluno João Ferro na sua dissertação de Mestrado, intitulada de Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados.

Cumprimentos,  
Patrícia Gouveia

### Anexo 3 – Questionário Sócio-Demográfico

- Idade: \_\_\_\_\_

- Sexo: Feminino\_\_\_ Masculino\_\_\_

- Nacionalidade: \_\_\_\_\_

- Freguesia de Residência: \_\_\_\_\_

- Ano que frequenta

3º Ciclo do Ensino Básico: 7ºano\_\_\_ 8ºano\_\_\_ 9ºano\_\_\_

Ensino Secundário: 10ºano\_\_\_ 11ºano\_\_\_ 12ºano\_\_\_

- Número de reprovações desde o início do 2º Ciclo (5º ano de escolaridade) \_\_\_\_\_

- Número de faltas disciplinares no ano letivo passado \_\_\_\_\_

- Indique se desde o início do 2º Ciclo (5ºano de escolaridade) já alguma vez lhe foi aplicada uma destas medidas. Se sim, quantas vezes:

Suspensão Não\_\_\_ Sim\_\_\_ Nº de vezes \_\_\_\_\_

Mudança de Escola Não\_\_\_ Sim\_\_\_ Nº de vezes \_\_\_\_\_

Trabalho físico Não\_\_\_ Sim\_\_\_ Nº de vezes \_\_\_\_\_

- Recebe Apoio Social Escolar? Não\_\_\_ Sim\_\_\_

- Quem constitui o seu agregado familiar? \_\_\_\_\_

## **Anexo 4 – Versão experimental da Escala de Percepção de Suporte Social da Família**

Instruções: As frases que seguem referem-se a sentimentos e experiências, que ocorrem para a maioria das pessoas numa ocasião ou noutra, no âmbito das suas relações com a família de origem. Para cada frase existem três possibilidades de resposta: SIM, NÃO e NÃO SEI.

Por favor coloque um círculo na resposta escolhida para cada item.

SIM NÃO NÃO SEI 1. A minha família dá-me o apoio moral de que preciso.

SIM NÃO NÃO SEI 2. A minha família costuma dar-me boas ideias de como  
fazer as coisas.

SIM NÃO NÃO SEI 3. A maior parte de pessoas que conheço são mais  
próximas das suas famílias, do que eu.

SIM NÃO NÃO SEI 4. Quando confidencio com os meus familiares mais  
próximos, sinto que eles ficam desconfortáveis.

SIM NÃO NÃO SEI 5. A minha família gosta de ouvir a minha opinião.

SIM NÃO NÃO SEI 6. As pessoas da minha família têm os mesmos  
interesses que eu.

SIM NÃO NÃO SEI 7. Alguns dos meus familiares procuram-me quando  
têm problemas ou precisam de conselhos.

SIM NÃO NÃO SEI 8. Confio na minha família para me dar apoio  
emocional.

SIM NÃO NÃO SEI 9. Existe um membro da minha família a quem posso

recorrer quando me sinto em baixo.

- SIM NÃO NÃO SEI 10. Eu e a minha família temos uma forma muito aberta de pensar sobre as coisas.
- SIM NÃO NÃO SEI 11. A minha família é sensível às minhas necessidades pessoais.
- SIM NÃO NÃO SEI 12. Algumas pessoas da minha família procuram-me para terem apoio emocional.
- SIM NÃO NÃO SEI 13. A minha família ajuda-me a resolver os meus problemas.
- SIM NÃO NÃO SEI 14. Eu tenho uma relação de grande proximidade com um número significativo de membros da minha família.
- SIM NÃO NÃO SEI 15. Os meus familiares têm boas ideias de como fazer as coisas da melhor maneira para mim.
- SIM NÃO NÃO SEI 16. Sinto-me desconfortável quando conto algumas coisas a pessoas da minha família.
- SIM NÃO NÃO SEI 17. Os meus familiares procuram a minha companhia.
- SIM NÃO NÃO SEI 18. Acho que as pessoas da minha família sentem que sou bom (boa) a ajudá-los a resolver problemas.
- SIM NÃO NÃO SEI 19. Não tenho uma relação próxima a um membro da minha família como outras pessoas têm.
- SIM NÃO NÃO SEI 20. Desejava que a minha família fosse muito diferente.

## **Anexo 5 – Versão portuguesa do instrumento *Parental Supervision***

### **Supervisão Parental**

**Versão Original: Arthur, Hawkins, Pollard, Catalano & Baglioni, 2002**

**Tradução/Adaptação: Vilhena & Cardoso, 2011**

Instruções: De seguida, vais encontrar um conjunto de questões que debes ler atentamente. Exprime a tua opinião em relação a cada uma delas, assinalando a opção que corresponde à tua forma de pensar. Só podes assinalar uma opção em cada alínea. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, assinala a opção com a qual melhor te identificas e não aquela que achas poderia ser a mais correta. As respostas a este questionário são anónimas.

Obrigado pela tua ajuda!

Lê atentamente as seguintes questões e assinala uma das quatro opções apresentadas:

- |   |                   |
|---|-------------------|
| 1. Os meus pais perguntam se fiz os trabalhos de casa.                          | NÃO! não sim SIM! |
| 2. Se não chegasses a casa a horas, os teus pais dariam por isso?               | NÃO! não sim SIM! |
| 3. Quando não estou em casa, um dos meus pais sabe onde estou e com quem estou. | NÃO! não sim SIM! |
| 4. As regras na minha família são claras.                                       | NÃO! não sim SIM! |
| 5. A minha família tem regras claras quanto ao consumo de álcool e droga.       | NÃO! não sim SIM! |
| 6. Se consumisses bebidas alcoólicas sem a permissão                            | NÃO! não sim SIM! |

dos teus pais, serias apanhado por eles?

7. Se faltasses à escola serias apanhado pelos teus pais?

NÃO! não sim SIM!

8. Se andasses com uma arma, sem a permissão dos teus pais, eles dariam por isso?

NÃO! não sim SIM!

**Anexo 6 – Versão Portuguesa do Instrumento *Perception of Problem Behavior***

**Percepção de Problemas de Comportamento**

**Versão Original: Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber & Van Kammer, 1998**

**Tradução/Adaptação: Vilhena & Cardoso, 2011**

Instruções: De seguida, vais encontrar um conjunto de questões que debes ler atentamente. Exprime a tua opinião em relação a cada uma delas, assinalando a opção que corresponde à tua forma de pensar. Só podes assinalar uma opção em cada alínea.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, assinala a opção com a qual melhor te identificas e não aquela que achas poderia ser a mais correta. As respostas a este questionário são anónimas.

Obrigado pela tua ajuda!

**Lê as questões da página seguinte e assinala 0 (não) ou 1 (sim), conforme a opção que achas representar a tua forma de pensar.**

É correto para ti...

	Não	Sim
1. Faltar à escola quando não estás doente?	0	1
2. Ficar com coisas que encontras na rua?	0	1
3. Gritar e discutir para resolver um conflito?	0	1
4. Transportar contigo fósforos ou isqueiro?	0	1
5. Escolher os teus próprios amigos, mesmo que os teus pais não gostem deles?	0	1
6. Consumir uma bebida alcoólica?	0	1
7. Não dizer aos teus pais o que estás a fazer?	0	1
8. Conduzir um carro sem carta de condução?	0	1
9. Lutar com quem te insulta?	0	1
10. Ter amigos que os teus pais não aprovam?	0	1
11. Fumar?	0	1
12. Tirar alguma coisa a alguém que não vá dar por isso?	0	1
13. Experimentar drogas?	0	1
14. Roubar em certas circunstâncias?	0	1
15. Lutar com os teus amigos?	0	1
16. Dizer uma pequena mentira?	0	1
17. Contrariar os teus pais?	0	1
18. Resolver um conflito através da luta?	0	1

## **Anexo 7 – Pedido de autorização à Direção Geral de Reinserção e Serviços**

### **Prisionais**

Exmo. Sr. Diretor Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Boa tarde,

O meu nome é João Ferro, sou Psicólogo Criminal e estou a realizar o 2º ciclo em Psicologia Jurídica na Universidade Fernando Pessoa.

No âmbito deste Mestrado, estou a efetuar um estudo sobre Problemas Comportamentais, Supervisão Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados. Concretamente, pretendo perceber as diferenças existentes, em relação às variáveis já mencionadas, entre os adolescentes que se encontram a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo, e aqueles que se encontram a residir no seu meio de origem, sem problemas com a justiça.

Para tal, estou a contactá-lo para solicitar a autorização para a aplicação dos instrumentos junto dos jovens que se encontram institucionalizados no Centro Educativo da Bela Vista.

A amostra será constituída por adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos de idade a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo, e jovens que se encontram a residir no seu meio de origem, sem problemas com a justiça.

Como todos os participantes têm diferentes tutores legais, será necessário o preenchimento de uma declaração de «consentimento informado» para cada jovem.

Gostaria também de saber a sua opinião sobre o melhor procedimento de operacionalização dos instrumentos.

Os instrumentos são compostos por quatro questionários de autorresposta, sendo eles uma ficha de dados sócio demográficos, um questionário relativo aos comportamentos problemáticos, um questionário relativo à supervisão parental, e um questionário relativo à perceção de suporte social. A sua aplicação demora entre 15 a 20 minutos e será assegurado o anonimato, tal como a confidencialidade e voluntariedade dos participantes.

Manifesto a minha disponibilidade para qualquer tipo de esclarecimento, ficando a aguardar a sua resposta.

Com os melhores cumprimentos,

*João Ferro*

(e-mail: [joao.j.ferro@gmail.com](mailto:joao.j.ferro@gmail.com) )

(Telemóvel: 917 829 100)

## **Anexo 8 – Concessão de autorização da Direção Geral de Reinserção e Serviços**

### **Prisionais**

Bom dia Dr. João Ferro,

Informo que o seu pedido para uma recolha de dados no Centro Educativo da Bela Vista foi autorizado por despacho do Senhor Director Geral, Dr. Rui Sá Gomes, de 06.01.2015.

Oportunamente deverá contactar o CEBV para combinar o que houver por conveniente.

*Com os melhores cumprimentos*

João Agante  
Técnico superior

## **Anexo 9 – Concessão de autorização da Direção Geral de Educação**

Exmo.(a) Senhor(a) Dr.(a) João Guilherme Pires José Ferro  
Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos,

José Vitor Pedroso

Diretor-Geral

DGE

**Anexo 10 – Declaração de Consentimento Informado Menores de Idade**

**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO  
INFORMADO**

**Dissertação de Mestrado sobre Problemas Comportamentais, Supervisão  
Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados**

**Eu, abaixo-assinado (nome completo) -----**

-----

**-----, responsável pelo participante no projecto (nome completo) -----**

-----, compreendi a

explicação que me foi fornecida acerca da sua participação na investigação que se  
tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada  
oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive  
resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou  
os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar  
a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito  
qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de  
imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em  
causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua  
conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_

**Assinatura do Responsável pelo participante no projecto:** \_\_\_\_\_

O Investigador responsável

**Nome:** João Ferro

**Assinatura:**

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

**Anexo 11 – Declaração de Consentimento Informado Maiores de Idade**

**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO  
INFORMADO**

**Dissertação de Mestrado sobre Problemas Comportamentais, Supervisão  
Parental e Suporte Social em Jovens Delinquentes Institucionalizados**

**Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo) -----**

-----, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_

**Assinatura do participante no projecto:**\_\_\_\_\_

O Investigador responsável

**Nome:** João Ferro

**Assinatura:**

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa